



Auto-Avaliação Institucional da UFG: 2006-2008





UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Universidade Federal de Goiás
Programa de Gestão Estratégica

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFG: 2006 - 2008

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos
Setembro de 2008

Diagramação e projeto gráfico: Marcus Lisita Rotoli

*Catalogação na fonte

U58a Universidade Federal de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos. Programa de Gestão Estratégica

Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFG: 2006-2008. Organizadores: Nelson Cardoso Amaral, Regina Beatriz Bevilacqua Vieira, Ana Laura Berberian Gonzaga, Eula Maria de Melo Barcelos Costa, Everton Wirbizki da Silveira, José Carlos Seraphin, Maria Helena Jayme Borges, Rogério de Araújo de Almeida, Rosângela Nunes Almeida de Castro, Suely Henrique de Aquino Gomes, Márcio Medeiros Oliveira, Miryan Abadia Moreira F. Arantes de Paiva. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos, 2008.

72p.

- Universidade Federal de Goiás 1. Avaliação Institucional – Relatório. 2. Ensino Superior – Avaliação. I. Amaral, Nelson Cardoso (org.). II. Bevilacqua-Vieira, Regina Beatriz (org.). III. Gonzaga, Ana Laura Berberian (org.). IV. Costa, Eula Maria de Melo Barcelos (org.). V. Silveira, Everton Wirbitzki da. (org.). VI. Seraphin, José Carlos (org.). VII. Borges, Maria Helena Jayme (org.). VIII. Almeida, Rogério de Araújo de (org.). IX. Castro, Rosângela Nunes Almeida de (org.). X. Gomes, Suely Henrique de Aquino (org.). XI. Oliveira, Márcio Medeiros (org.). XII. Paiva, Miryan Abadia Moreira F. Arantes de (org.). XIII. Título. XIV. Série.

Distribuição:

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos
Campus Samambaia – Prédio da Reitoria
Caixa Postal 131 – CEP 74001 – 970
Goiânia – Goiás – Brasil
Fone 55 0xx 62 3521 1322 – Fax: 55 0xx 62 3251 1161
Email: prodirh@prodirh.ufg.br
Home Page: <http://www.prodirh.ufg.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Prof. Edward Madureira Brasil
Reitor

Prof. Benedito Ferreira Marques
Vice-Reitor

Profa. Sandramara Matias Chaves
Pró-Reitora de Graduação

Profa. Divina das Dores de Paula Cardoso
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Anselmo Pessoa Neto
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Prof. Jeblin Antônio Abraão
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Cirurgião-Dentista Ernando Melo Filizzola
Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária

UFG

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Nelson Cardoso Amaral (Coordenador) – Representante Docente
Eula Maria de Melo Barcelos Costa – Representante Docente
Nilce Maria da Silva Campos Costa – Representante Docente
Regina Beatriz Bevilacqua Vieira – Representante Docente
Aretuza Alves Marcório – Representante Técnico Administrativo
Maria José Soares – Representante Técnico Administrativo
Adriana Borges de Alencar – Representante Estudantil
Maria Luiza Nogueira Rangel – Representante Estudantil
Mauro Urbano – Membro Externo

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CAVI)

Regina Beatriz Bevilacqua Vieira (IPTSP) – Presidente
Ana Laura Berberian Gonzaga (FANUT)
Eula Maria de Melo Barcelos Costa (FF)
José Carlos Seraphin (IME)
Maria Helena Jayme Borges (EMAC)
Rogério de Araújo de Almeida (EA)
Rosângela Nunes Almeida de Castro (EEEC)
Suely Henrique de Aquino Gomes (FACOMB)
Everton Wirbitzki da Silveira (PRODIRH)
Márcio Medeiros Oliveira (PRODIRH)
Miryan Abadia Moreira F. Arantes de Paiva (DDRH/PRODIRH)
Deísa Divina da Silva Machado (Curso de Arquivologia)
Lilian Silva do Amaral Suzuki (Curso de Ciências Sociais)
Thaís Esther Alves (Curso de Música)

PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (PGE) / EQUIPE PRODIRH

José Carlos Seraphin (IME) – Coordenador do PGE
Adalberto Pereira Borges (PRODIRH)
Danielle Simiema Araújo (PRODIRH)
Denise Maria de Brito Oliveira (REITORIA)
Diana Dias Sampaio (PRODIRH)
Everton Wirbitzki da Silveira (PRODIRH)
Ironilda Francisca da Silva (PRODIRH)
Klaudia Maria Longo Hassel Mendes (PRODIRH)
Márcio Medeiros Oliveira (PRODIRH)
Pedro Rodrigues Cruz (FO)

ESTAGIÁRIOS

Cristiane Lopes da Silva (Curso de Matemática)
Wesley da Silva Carvalho (Curso de Matemática)

Sumário

Apresentação	9
1 O PROCESSO E O PROJETO	11
1.1 Introdução	11
1.2 O processo atual de avaliação da UFG	12
1.3 A operacionalização do PGE: a presença dos pilares teóricos estabelecidos	14
1.3.1 Definição e objetivos do PGE	14
1.3.2 Os locais executores do PGE	14
1.3.3 Planejamento	14
1.3.4 A auto-avaliação das Unidades Acadêmicas	15
1.3.5 A auto-avaliação dos <i>Campi</i> do Interior	16
1.3.6 A auto-avaliação dos Núcleos de Gestão	17
1.3.7 A avaliação dos estudantes	17
1.3.8 A avaliação externa da auto-avaliação	17
1.3.9 O sistema computacional do PGE	18
1.3.10 A periodicidade do processo de planejamento e de auto-avaliação	18
2 RESULTADOS DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - SINAES	19
2.1 Introdução	19
2.2 Os procedimentos metodológicos	20
2.3 Dimensões	21
2.3.1 A política para o ensino	21
2.3.2 A responsabilidade social	23
2.3.3 A comunicação com a sociedade	25
2.3.4 As políticas de pessoal	26
2.3.5 Organização e gestão	27
2.3.6 Infra-estrutura física	28
2.3.7 Planejamento e avaliação	32
2.3.8 Políticas de atendimento	34
2.3.9 Sustentabilidade financeira	38
3 AÇÕES DA CAVI/CPA 2006-2008	41
4 A SÉRIE <i>CADERNOS DO PGE</i>	43
5 ELABORAÇÃO DO PDI	45
6 AÇÕES ESPECIAIS DE AUTO-AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO (2006-2008): REUNI	47
7 RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2007	53
Apêndice 1 – Quadro de sistematização das informações do questionário de auto-avaliação 2006/2007 da Unidade Acadêmica/Núcleo de Gestão	57
Apêndice 2 – Resolução 10/2006 PGE	59
Anexo 1 – Relação das Unidades/Núcleos de Gestão que realizaram auto-avaliação	65
Anexo 2 – Relação das Unidades que elaboraram o planejamento segundo o modelo proposto pelo PGE (A) e fora do modelo (B) no período 2003-2005 e 2006-2007	67
Anexo 3 – Relação dos Núcleos de Gestão que elaboraram o planejamento segundo o modelo proposto pelo PGE (A) e fora do modelo (B) no período 2003-2005 e 2006-2007	69
Bibliografia consultada	71

Apresentação

Este relatório atende à Portaria Normativa 01, de 10 de Janeiro de 2007, que dispõe sobre o calendário do ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), apresentando informações sobre a Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG) no período 2006-2008. A coordenação e a execução são realizadas pela Comissão de Avaliação Institucional (CAVI-CPA) e por servidores da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH).

Atualmente, o processo de avaliação na UFG é concebido como integrante de um projeto maior denominado de Programa de Gestão Estratégica (PGE), institucionalizado em junho de 2006, que articula a avaliação, o planejamento e as informações institucionais.

O conteúdo deste relatório abrange o atual estado do processo de avaliação e sua operacionalização, bem com os resultados da auto-avaliação das Unidades Acadêmicas e Núcleos de Gestão. Os resultados ora apresentados aportam contribuições importantes para o contínuo aperfeiçoamento institucional e norteiam rumos e correções a serem empreendidos. Contempla, ainda, a metodologia empregada e as dimensões que permeiam o *locus* acadêmico, desde a política de ensino até a infra-estrutura física.

Merece referência especial a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que abarcou, de forma democrática, as sugestões das demandas e anseios da comunidade acadêmica da UFG, expressos por ocasião do planejamento estratégico de cada Unidade Acadêmica e Núcleo de Gestão. Ações especiais de auto-avaliação, como o Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades (REUNI), oito cadernos da série *Cadernos do PGE* e o Relatório Anual de Gestão 2007 também são contemplados neste relatório.

Convidamos os leitores a entrar em contato com as análises aqui contidas e a descobrir, por si mesmos, o que em rápidos traços foi destacado nesta apresentação.

PROF. JEHLIN ABRÃO

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

1

O PROCESSO E O PROJETO

1.1 INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição que tem características especiais e, por isso mesmo, na Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se a definição de sua autonomia. A universidade pública possui, exatamente por seu caráter público, muitas características que a tornam ainda mais especial. Uma dessas características é a forma como se efetiva o seu processo de avaliação e planejamento.

Os processos avaliativos e de planejamento nas universidades públicas ocorrem, geralmente, de forma desorganizada e seus resultados não são sistematizados, pois os eventos avaliativos e de planejamento são pontuais e fragmentados. Estes ocorrem num ambiente crítico e sob tensão gerada na própria comunidade universitária e na sociedade. Entretanto, esses processos deveriam ser contínuos, coletivos e dinâmicos.

A continuidade, o coletivo e a dinamicidade são garantidos pela presença das diversas instâncias de discussões e debates, compreendidas por reuniões da equipe de reitorado, de diretores de unidades acadêmicas, de diretores de órgãos, das coordenadorias de pós-graduação, dos conselhos das unidades acadêmicas e dos departamentos, dos conselhos centrais e de suas câmaras e tantas outras instâncias de decisão ou discussão administrativas ou acadêmicas existentes, como as dos grupos de pesquisa, dos núcleos de estudos e pesquisa, debates, congressos, simpósios, jornadas, etc. As reuniões ocorrem em um ambiente altamente crítico e de constante reflexão sobre o que é preciso fazer e como fazer.

A tensão da comunidade universitária e da sociedade, além de estar presente em todos os fóruns de discussão destacados anteriormente, amplifica-se numa primeira vizinhança da universidade pública, nos sindicatos de professores e de servidores técnico-administrativos, nas associações estudantis, nas vizinhanças seguintes e em diversos setores da sociedade, como o de pais de alunos, em outras instituições de educação superior, outros níveis educacionais, nos Poderes Executivo e Legislativo das esferas federal, estadual e municipal, no Poder Judiciário, no tocante a empresários, governantes, trabalhadores, mídia, etc.

Um desafio existente nas universidades públicas é, portanto, o de organizar e sistematizar os processos de planejamento e avaliação. O que torna esse desafio maior ainda é o fato de que o ambiente universitário vê no organizar e o sistematizar como um quadro adaptado ao ambiente empresarial, ou seja, como uma “burocracia” desnecessária, uniformizadora e desfocada da vida acadêmica.

A proposta presente neste projeto de avaliação institucional pretende contribuir para resolver, em parte, essa complexa problemática.

1.2 O PROCESSO ATUAL DE AVALIAÇÃO DA UFG

O processo atual de avaliação da UFG se insere em um projeto maior chamado Programa de Gestão Estratégica (PGE), que articula a avaliação, o planejamento e as informações institucionais. A elaboração do PGE, concebido em 2002, considerou marcos teóricos, muitos deles reiterados, em 2003, pela Comissão Especial de Avaliação (CEA) e contemplados nos princípios do SINAES, conforme se evidencia a seguir:

- a) Integração e participação são elementos importantes na execução do PGE para que os compromissos, as responsabilidades sociais e as ações da UFG possam divulgar valores democráticos, com respeito à diversidade e sempre em busca de uma maior autonomia e da afirmação de sua identidade como universidade pública.
- b) O PGE “é uma construção a ser assumida” por todos que trabalham e estudam na UFG, de modo que o planejamento, a avaliação e as informações institucionais possam ser utilizadas “para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas” da UFG.
- c) A participação de todos os envolvidos com o ambiente universitário é parte da “exigência ética própria” na área da educação e, portanto, é preciso conclamar “todos os agentes da comunidade de educação superior, das instâncias institucionais, (...) governamentais e membros concernidos da sociedade” a participarem dos processos previstos no PGE, “respeitados os papéis, as especificidades e as competências científicas, profissionais, formais, políticas, administrativas das distintas categorias”.
- d) Os processos constantes do PGE não são neutros, mas objetos de disputa no interior da UFG, parte da estrutura de poder da instituição que age sobre os indivíduos e todos os setores institucionais. Assim, os trabalhos no âmbito do PGE devem “mover-se dentro de um marco ético, em que devem estar garantidos alguns critérios: liberdade no debate argumentativo, negociação, solidariedade (cooperação), equidade (tratamento justo e adequado), compromisso com o conhecimento, com os valores socialmente distinguidos e com a responsabilidade pública”.
- e) A execução do PGE, pela complexidade da educação superior, “requer a utilização de múltiplos instrumentos e uma combinação de diversas metodologias. Por exemplo, não cabe mais discutir as falsas aporias do quantitativo e do qualitativo ou do objetivo e do subjetivo, mas utilizar os diversos instrumentos e as distintas perspectivas metodológicas de forma combinada, complementar e de acordo com as necessidades de análise e julgamento. Da mesma forma, o objeto não deve ser fragmentado, a não ser por razões de análise e desde que seja posteriormente recomposto em esquemas de compreensão global”.
- f) As idéias que implementam o PGE são as de solidariedade e cooperação institucional, e não “a ideologia da competitividade, da concorrência e do sucesso

individual". Além disso, o PGE trata a educação superior como um bem social e não como uma mercadoria.

- g) A concepção do PGE explicitou que a sua implementação poderá contribuir para que a UFG atue com mais qualidade, cumprindo dois dos "mais importantes critérios da qualidade da educação superior que consistem na relevância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento do conjunto da população e para o avanço da ciência, e na sua eficácia para fortalecer as preferências éticas e políticas dominantes em um determinado momento histórico". Para cumprir essas condições, a "instituição precisa de liberdade, especialmente para criar, pensar, criticar, aprender, produzir conhecimentos e, enfim, educar".
- h) O PGE deve ser essencialmente educativo e, portanto, formativo "sem que para isso deixe de utilizar também instrumentos e procedimentos de controle. É um projeto, pois se trata de movimento que, examinando e julgando o passado e o presente, visa promover transformações, ou seja, tem o futuro em perspectiva. É uma construção social, pois não é um já dado de propriedade exclusiva de algum ente em particular e para benefícios de setores restritos, e sim um processo a ser concebido e executado coletivamente, buscando sempre atender a interesses coletivos".
- i) Cada local de trabalho da UFG tem uma história que precisa ser respeitada e, no desenho do PGE, cada local deve submeter-se ao cumprimento das normas, critérios e indicadores e procedimentos gerais, "porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos (...) que também correspondam a objetivos e necessidades específicos". Além disso, o PGE deve servir de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade e, portanto, as prioridades e potencialidades de cada local da UFG.
- j) O PGE não deve ser constituído por processos fragmentados, mas deve "integrar diversos procedimentos e instrumentos, na forma de estudos, discussões, juízos de valor a respeito de todas as dimensões e estruturas institucionais. Essas ações (...) podem ter como objeto aspectos determinados, como a administração, a docência, a pesquisa, as relações com a sociedade, a vida comunitária, as unidades, os cursos, os programas, etc., mas jamais podem perder de vista a perspectiva da globalidade".
- k) Os processos do PGE "devem ser contínuos e permanentes, não episódicos, pontuais e fragmentados".

Na execução do processo auto-avaliativo por estudantes, professores e técnicos administrativos, são utilizados oito instrumentos de coleta de informação, a saber, três roteiros de entrevista de grupos de enfoque e cinco questionários, contemplados no *Caderno nº 7 – Instrumentos de Avaliação Institucional 2006-2009*, disponível em <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

1.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PGE: A PRESENÇA DOS PILARES TEÓRICOS ESTABELECIDOS

1.3.1 Definição e objetivos do PGE

O Programa de Gestão Estratégica (PGE) da Universidade Federal de Goiás articula planejamento, avaliação e informação institucional e possui os seguintes objetivos:

- ❑ consolidar uma prática de gestão estratégica que potencialize o desenvolvimento institucional, tanto estrutural como humano;
- ❑ consolidar – em todas as instâncias e níveis de funcionamento da UFG, administração central, unidades acadêmicas, órgãos e *campi* do interior – uma cultura de organização e sistematização dos processos de planejamento e avaliação;
- ❑ constituir um sistema de informação abrangente e atualizado, formando uma base de dados em permanente atualização, a partir da qual os dirigentes, a comunidade acadêmica e a sociedade obtenham dados e informações.

O processo de execução do PGE fornece elementos essenciais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a concretização da Auto-Avaliação Institucional e para a sistematização das informações que subsidiem a tomada de decisões dos dirigentes da Universidade em todas as instâncias e níveis da administração, considerando os pilares teóricos estabelecidos anteriormente.

1.3.2 Os locais executores do PGE

Os locais em que se efetivam os processos de planejamento e avaliação previstos no PGE são: a administração central da UFG, as unidades acadêmicas, os órgãos e os *campi* do interior. A administração central e os órgãos se estruturam em Núcleos de Gestão para a execução do processo de planejamento e avaliação.

A Equipe Executora do PGE é constituída pelos membros da Comissão de Avaliação Institucional (CAVI) e por técnicos administrativos da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH).

1.3.3 Planejamento

O planejamento estratégico das unidades acadêmicas, dos *campi* do interior e dos Núcleos de Gestão estrutura-se nos seguintes itens: Missão; Visão; Valores; Cenários/Variáveis de Impacto; Análise do Ambiente Interno (Forças e Debilidades); Análise do Ambiente Externo (Oportunidades e Ameaças); Problemas Estratégicos; Causas; Indicadores; Soluções Estratégicas; Metas e Responsabilidades. São utilizados os seguintes conceitos básicos para cada um desses itens:

- ❑ *Missão* é a razão de ser da Unidade/Campus/Núcleo.
- ❑ *Visão* refere-se a uma situação ideal a ser alcançada pela Unidade/Campus/Núcleo.
- ❑ *Valores* referem-se a princípios morais, éticos e competências técnicas compartilhadas por aqueles que trabalham e estudam na Unidade/Campus/Núcleo.

- ❑ *Cenários/Variáveis* de Impacto são as macrotendências que justificam uma mudança estratégica de desenvolvimento da Unidade/Campus/Núcleo.
- ❑ *Análise do Ambiente Interno – Forças*: pontos fortes da Unidade/Campus/Núcleo, nos quais o local pode apoiar-se para cumprir sua *Missão*; – *Debilidades*: pontos fracos da Unidade/Campus/Núcleo que, caso não sejam superados, impedirão o cumprimento da *Missão*.
- ❑ *Análise do Ambiente Externo – Oportunidades*: fatores externos à Unidade/Campus/Núcleo que podem ser aproveitados no cumprimento da *Missão*; – *Ameaças*: fatores externos à Unidade/Campus/Núcleo ou à UFG, independentes de seu controle, que dificultam ou impedem o cumprimento da *Missão*.
- ❑ *Problemas Estratégicos* são aqueles que, se não forem superados, impedem um salto qualitativo da Unidade/Campus/Núcleo.
- ❑ *Causas* são os fatores desencadeadores/provocadores dos problemas estratégicos elencados anteriormente.
- ❑ *Indicadores* são fatores e condições que indicam claramente a existência dos problemas estratégicos.
- ❑ *Soluções Estratégicas* são programas, projetos ou linhas de ação que podem resolver os problemas estratégicos detectados.
- ❑ *Metas e Responsabilidades* são ações a serem desenvolvidas, designando os responsáveis pela execução das atividades e estabelecendo prazos para realizá-las.

A Unidade/*Campus*/Núcleo estabelece uma rotina para o acompanhamento da execução das ações planejadas, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas e, se achar necessário, poderá solicitar a presença de membros da Equipe Executora do PGE para assessorar o processo de planejamento.

No processo de planejamento estratégico, cada Unidade/*Campus*/Núcleo elabora um Plano de Capacitação de seus docentes e técnicos administrativos.

1.3.4 A auto-avaliação das Unidades Acadêmicas

O processo da auto-avaliação das Unidades Acadêmicas envolve professores, técnicos administrativos e estudantes e é coordenado por seus dirigentes: Diretor, Coordenadores dos cursos de graduação, Coordenadores de pesquisa e pós-graduação, Coordenadores das Comissões de Interação com a Sociedade e Coordenadores administrativos. Esses dirigentes constituem o Comitê Coordenador da Auto-Avaliação na Unidade Acadêmica.

As Unidades Acadêmicas respondem a um questionário único para toda a Universidade, além de organizarem grupos focais em que avaliam, a partir de um roteiro preestabelecido, as atividades desenvolvidas pelas unidades. O questionário contém espaço para o acréscimo de outras questões que a Unidade julgar pertinente.

O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação na Unidade Acadêmica define a metodologia a ser implementada para responder ao questionário e para escolher quais pessoas participarão dos Grupos Focais.

Cada categoria que integra a Unidade Acadêmica – docentes, técnicos administrativos e estudantes – forma um grupo focal com roteiro semi-estruturado específico.

O Grupo Focal tem como mediador um docente ou técnico administrativo, obrigatoriamente não dirigente, que elabora um relatório, a partir das discussões gravadas, para o diretor, que o considera no processo de planejamento da Unidade e na elaboração das respostas ao questionário.

O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação escolhe, de modo aleatório, os participantes do Grupo Focal, para cada categoria, com o número mínimo de 7 e máximo de 14 participantes.

As respostas ao questionário e os relatórios dos Grupos Focais são divulgados, debatidos e aprovados pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica.

A Unidade Acadêmica que achar necessário pode solicitar a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar o processo de auto-avaliação.

1.3.5 A auto-avaliação dos *Campi* do Interior

O processo da auto-avaliação dos *Campi* do Interior envolve docentes, técnicos administrativos e estudantes e é coordenado por seu diretor, coordenadores de cursos de graduação e, quando houver, coordenadores de cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

O Diretor, os Coordenadores de cursos de graduação e os Coordenadores de cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* constituem o Comitê Coordenador da Auto-Avaliação nos *Campi*.

Os *Campi* do Interior respondem ao mesmo questionário utilizado pelas Unidades Acadêmicas, além de organizarem Grupos Focais em que avaliam, a partir de um roteiro preestabelecido, as atividades desenvolvidas pelos *Campi*.

O questionário a ser respondido pelo *campus* do interior contém espaço para o acréscimo de outras questões que o *campus* julgar pertinente.

O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação nos *Campi* define a metodologia a ser implementada para responder ao questionário e para escolher quais pessoas participarão dos Grupos Focais.

Cada categoria que integra o *campus* – docentes, técnicos administrativos e estudantes – forma um Grupo Focal com roteiro semi-estruturado específico.

O Grupo Focal terá como mediador um docente ou técnico administrativo, obrigatoriamente não dirigente, que elabora um relatório, a partir das discussões gravadas, para o diretor, que o considera no processo de planejamento e na elaboração das respostas ao questionário.

O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação escolhe, de modo aleatório, os participantes do Grupo Focal, para cada categoria, com o número mínimo de 7 e máximo de 14 participantes.

As respostas ao questionário e os relatórios dos Grupos Focais são divulgados, debatidos e aprovados pelo seu Conselho Deliberativo.

O *Campus* que achar necessário pode solicitar a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar o processo de auto-avaliação.

1.3.6 A auto-avaliação dos Núcleos de Gestão

Os Núcleos de Gestão, por meio de seus dirigentes e dos conselhos internos, deliberativos ou consultivos, respondem, no que couber, ao mesmo questionário das Unidades Acadêmicas.

O Diretor e o Conselho interno constituem o Comitê Coordenador da Auto-Avaliação no Núcleo de Gestão.

O questionário a ser respondido pelo Núcleo de Gestão contém espaço para o acréscimo de outras questões que o Núcleo julgar pertinente.

O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação do Núcleo de Gestão define a metodologia a ser implementada para responder ao questionário e para escolher quais pessoas participarão do Grupo Focal.

Os Núcleos de Gestão organizam um grupo focal em que avaliam, a partir de um roteiro preestabelecido, as atividades desenvolvidas pelos Núcleos.

O Grupo Focal tem como mediador um docente ou técnico administrativo, obrigatoriamente não dirigente, que elabora um relatório, a partir das discussões gravadas, para o dirigente do Núcleo, que o considera no processo de planejamento e na elaboração das respostas ao questionário.

O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação escolhe, de modo aleatório, os participantes do Grupo Focal, com o número mínimo de 7 e máximo de 14 participantes.

As respostas ao questionário e o relatório do Grupo Focal são divulgados, debatidos e aprovados no Conselho interno do Núcleo.

O Núcleo que achar necessário pode solicitar a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar o processo de auto-avaliação.

1.3.7 A avaliação dos estudantes

Os estudantes de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto-sensu*, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) e de graduação, na modalidade à distância, respondem a questionários próprios, contendo questões relacionadas a aspectos didático-pedagógicos e de gestão das Unidades Acadêmicas e da Universidade.

Objetiva-se atingir os estudantes, em sala de aula, além de mobilizar outros estudantes para acessarem a página da UFG na Internet e efetivarem a resposta eletronicamente, procurando assegurar, no mínimo, 30% de participantes.

Os questionários respondidos pelos estudantes serão encaminhados às Diretorias das Unidades/*Campi*, que os considerarão no processo de planejamento e avaliação da Unidade/*Campus*.

1.3.8 A avaliação externa da auto-avaliação

Após o primeiro ciclo de auto-avaliação, cada Unidade/Campus/Núcleo constitui um Comitê Avaliador Externo que, após análise do relatório de auto-avaliação, reúne-se com os dirigentes de cada local, emitindo, ao final, um relatório contendo impressões e sugestões sobre a Unidade/Campus/Núcleo.

Os membros do Comitê Avaliador Externo são escolhidos dentre ex-alunos, usuários internos ou externos dos serviços da Unidade/Campus/Núcleo, representantes de entidades de classe, dirigentes de instituições escolares, representantes de órgãos públicos, dentre outros que cada Unidade/Campus/Núcleo estabelecer.

O relatório do Comitê avaliador externo é utilizado para subsidiar o processo de planejamento e auto-avaliação da Unidade/Campus/Núcleo.

1.3.9 O sistema computacional do PGE

A PRODIRH implantou o Sistema do Programa de Gestão Estratégica (SPGE), um sistema computacional que está disponível na UFGNet e permite o registro do planejamento estratégico, das respostas aos questionários e dos relatórios dos Grupos Focais das Unidades/Campi/Núcleos.

O SPGE permite que, continuamente, as Unidades/Campi/Núcleos façam acréscimos e atualizações em seus planejamentos e auto-avaliações, além de propiciar aos dirigentes da UFG total liberdade de acesso a cada um dos tópicos pertencentes à estrutura lógica do sistema computacional.

O SPGE fica indisponível para o recebimento de dados pelo período máximo de um mês durante o ano, a ser fixado pela PRODIRH, para que sejam apuradas as informações contidas nos planejamentos e nas avaliações de cada Unidade/Campus/Núcleo, que servirão de base para o planejamento e a auto-avaliação da UFG.

O Sistema PGE permite que, a qualquer momento, os dirigentes da Universidade possam apurar dados e informações para a efetivação de alguma ação de gestão acadêmico-administrativa no âmbito da UFG.

1.3.10 A periodicidade do processo de planejamento e de auto-avaliação

A periodicidade do processo de planejamento será anual e um ciclo completo do processo de auto-avaliação ocorrerá a cada dois anos.

Uma periodicidade do processo de planejamento significa uma análise do estágio atual do planejamento da Unidade/Campus/Núcleo constante do Sistema PGE e sua atualização, cancelando, alterando e acrescentando novas situações em cada um de seus itens.

O ciclo completo do processo de auto-avaliação ocorre com a publicação de um relatório para cada Unidade/Campus/Núcleo, além do Relatório de Auto-Avaliação da UFG.

2

RESULTADOS DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 INTRODUÇÃO

A execução do PGE compreende os processos de planejamento e de auto-avaliação das Unidades Acadêmicas, dos *Campi* do Interior, dos Núcleos de Gestão e dos estudantes, bem como a avaliação externa da auto-avaliação.

Já foram realizados quatro ciclos avaliativos ¹ no processo de avaliação institucional da UFG (Anexo I). Os roteiros dos Grupos de Enfoque foram aplicados nos três primeiros ciclos avaliativos. As questões avaliadas pelos Grupos de Enfoque constituem o planejamento, o relacionamento interpessoal, a comunicação e visibilidade e as atividades acadêmicas, dentre outras. É importante registrar que as questões avaliadas e os indicadores quantitativos foram construídos coletivamente por um grupo de docentes, técnicos administrativos e alunos e validados em 2001. Esta metodologia reflete a concepção formativa de avaliação da UFG.

No quarto ciclo avaliativo 2006-2008, objeto deste relatório, os questionários foram introduzidos e aplicados a partir de 2007. Estes questionários objetivam obter dados e informações que identifiquem as potencialidades e fragilidades de cada Unidade/Campus/Núcleo; conhecer a opinião dos estudantes (do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), de graduação, de pós-graduação e de graduação na modalidade à distância) sobre o ambiente acadêmico em que realizam a sua formação; e consolidar informações para promover a melhoria das condições de ensino, dos procedimentos didático-pedagógicos e do aperfeiçoamento das atividades acadêmicas.

O questionário respondido por cada Unidade/Campus/Núcleo contempla questões relacionadas às 10 dimensões do roteiro elaborado pelo CONAES/MEC. Já o questionário respondido pelos estudantes foi elaborado a partir das 103 questões do questionário sócio-econômico do ENADE e, também, considerando as 10 dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Deve-se destacar que os questionários dos estudantes do CEPAE, dos estudantes de pós-graduação e dos estudantes na modalidade à distância foram adaptados pelas equipes do CEPAE, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), respectivamente.

As informações obtidas mediante a aplicação destes instrumentos avaliativos, bem como do planejamento, fornecem subsídios para a avaliação interna e a elaboração do PDI. Elas são captadas e disponibilizadas a partir do SPGE. ² O Sistema PGE permite que, continuamente, as Unidades/*Campi*/Núcleos façam acréscimos e atualizações

1. Considera-se um ciclo avaliativo o cumprimento das seguintes etapas: planejamento estratégico com definição de metas, levantamento de necessidades de treinamento e de desenvolvimento, monitoramento/revisão de metas, avaliação interna (por docentes, discentes e técnicos administrativos) e avaliação externa.

2. O SPGE é um sistema computacional de dados/informações disponível na UFGNet, que permite o registro do planejamento estratégico, das respostas aos questionários e dos relatórios dos Grupos Focais de todas as Unidades/*Campi*/Núcleos da UFG.

em seus planejamentos e auto-avaliações. Além disso, os dirigentes da Universidade, a qualquer momento, têm total liberdade de acesso a cada um dos tópicos pertencentes à estrutura lógica do sistema, podendo apurar dados e informações para a efetivação de alguma ação de gestão acadêmico-administrativa no âmbito da UFG.

2.2 Os PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentre a diversidade de instrumentos avaliativos concebidos no âmago do projeto de auto-avaliação da UFG, foram eleitos, para discussão e análise deste relatório, os dados obtidos mediante a aplicação dos questionários de Unidades Acadêmicas e de Núcleos de Gestão.

De posse dos dados dos questionários, a comissão fez uma primeira leitura, da qual resultou a sistematização das informações da forma disposta no Apêndice 1. Essa sistematização possibilitou a distribuição das diferentes dimensões avaliadas entre os membros da comissão para uma posterior releitura e análise.

Com o resultado preliminar das discussões, fez-se uma análise geral (envolvendo os membros da comissão CPA/CAVI), sem perder de vista as dimensões estabelecidas pelo SINAES, cujos resultados são apresentados no item 2.3 deste relatório.

Adicionalmente, outras informações, também captadas e disponibilizadas pelo SPGE, foram trabalhadas paralelamente, resultando em diversas publicações que estão relacionadas neste relatório.

As informações dos Planejamentos contribuíram para a elaboração do PDI, da proposta apresentada ao REUNI e do Relatório de Gestão. Uma breve descrição dos mesmos é apresentada nos itens 5, 6 e 7, respectivamente. Já os dados resultantes da aplicação do Questionário de Estudantes de Graduação foram organizados na forma de um caderno, o Caderno nº 04 – da série *Cadernos do PGE* –, intitulado “Os Alunos de Graduação da UFG: Auto-Avaliação do Ambiente Acadêmico 2007”, acompanhado de outros e listado no item 4.

A técnica de Grupo de Enfoque, já aplicada nos outros ciclos avaliativos, continua sendo usada e foi o instrumento avaliativo empregado na avaliação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFG, por parte dos estudantes de pós-graduação. O relatório resultante, o caderno nº 08, também é listado no item 4 deste relatório.

Este relatório final 2006-2008 incorpora discussões e análises da CPA/CAVI, bem como de outros grupos através de relatórios e cadernos aqui mencionados, ficando por conta do leitor apropriar-se das informações e construir seu próprio entendimento acerca da instituição.

2.3 DIMENSÕES

2.3.1 A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação da Universidade Federal de Goiás foram todos reformulados recentemente, de forma a atender as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de graduação e as políticas institucionais, em especial, o Regulamento Geral dos Cursos de graduação (RGCG). Os PPC estão em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Gestão/PDI.

Conforme informações presentes nos relatórios do Programa de Gestão Estratégica (PGE) – preenchidos em 2007 pelos gestores das Unidades Acadêmicas após discussões internas em Grupos de Enfoque e/ou reuniões de Conselho Diretor –, as atividades de ensino estão voltadas para o atendimento das demandas sociais e regionais. Ademais, estão sendo introduzidas atividades que contemplem as inovações nas diversas áreas do conhecimento. Os cenários de ensino/aprendizagem estão sendo diversificados para proporcionar aos acadêmicos maior contato com a realidade profissional e com as necessidades sociais. Neste sentido, pode-se citar como exemplo a participação dos cursos de Farmácia, Odontologia, Nutrição, Enfermagem e Medicina no programa Pró-Saúde do Ministério da Saúde.

As matrizes curriculares, em sua maioria, estão organizadas de forma tradicional – em disciplinas – e, na opinião dos discentes, predominam as aulas expositivas (Caderno do PGE nº 4 – OS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UFG: auto-avaliação do ambiente acadêmico 2007, disponível em <<http://www.prodirh.ufg.br>>). A infra-estrutura laboratorial e os demais ambientes para a formação técnico-científica dos alunos oscilam entre boa e excelente colocação, e os cursos, em geral, assimilaram novas tecnologias. A instituição conta com diversos convênios com o setor público e privado, alguns internacionais, que servem como alternativas complementares para o desenvolvimento de atividades como Estágio Curricular Obrigatório e práticas integrativas teoria/prática. É facultada aos acadêmicos a possibilidade de participarem do Programa de Mobilidade Estudantil (PME), que permite aos interessados complementarem sua formação, tanto científica quanto cultural, em outros centros brasileiros de estudos.

Dentre dez cursos da UFG, cujos alunos se submeteram à avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2006, oito obtiveram avaliação 4 e 5; os dois que não foram bem conceituados (2 e 3) explicaram que tal resultado se deu em função de boicote realizado por parte dos estudantes sorteados para o Enade. Já em 2007, a maioria dos cursos obteve conceito bom (nota 4) ou excelente (nota 5), merecendo destaque o curso de Nutrição, que está entre os três melhores do Brasil, e os cursos de Farmácia, Medicina e Odontologia, que obtiveram nota máxima.

O nível de qualificação docente encontra-se em um patamar elevado³ e a instituição adotou uma política de formação continuada dos docentes, criando o programa Formação para a Docência no Ensino Superior, que abrange estágio probatório, professores substitutos, formação permanente, formação em Gestão Acadêmica e seminários

3. Conforme informações institucionais de 2007, cerca de 90% dos docentes possui titulação mínima em nível de mestrado.

de formação na graduação da UFG. Esta política tem estimulado e favorecido a formação para a docência.

As pesquisas desenvolvidas na UFG apresentam relevância científica e reflexos sociais, gerando uma produção e parcerias crescentes, tanto com o setor público como com o privado, com instituições nacionais e internacionais.

Nos últimos dois anos, foram destinados recursos, principalmente ao apoio a recém-doutores, ao Programa de Apoio às Publicações Periódicas Científicas e à aquisição de livros e equipamentos para os programas de pós-graduação. Na medida em que os programas de pós-graduação e os grupos de pesquisa têm aumentado, a articulação entre ensino e pesquisa, graduação e pós-graduação também tem-se expandido e contribuído para o desenvolvimento tecnológico e para o aperfeiçoamento da formação dos estudantes. A integração se concretiza por meio da participação dos alunos de graduação nos grupos de pesquisa – através das bolsas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e participações no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) –, no desenvolvimento de trabalhos de final de curso, nos eventos científicos realizados e dos alunos da pós-graduação nas atividades de graduação através de estágio-docência.

As ações de extensão e cultura têm sido impulsionadas e o grupo gestor atual demonstra grande interesse em incentivar e apoiar o crescimento da extensão da UFG. Existe heterogeneidade em relação à execução de projetos e atividades de extensão na instituição, em virtude de algumas Unidades Acadêmicas apresentarem natureza mais extensionista do que outras. Têm sido desenvolvidas atividades importantes em resposta às demandas da sociedade, através de ações junto à comunidade e de alguns projetos com alcance regional.

Os estudantes contam com bolsas do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura e bolsas oriundas de outras fontes captadas pelas Unidades Acadêmicas e há relação direta destes com a população, o que lhes permite boa formação acadêmica. Isto tem resultado em maior conscientização da realidade social, melhor formação dos alunos para o exercício profissional e também como cidadãos, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, em especial, da população local.

A UFG tem firmado parcerias e estreitado relações com órgãos do Município e do Estado – o que lhe tem permitido participação efetiva, como co-realizadora, em eventos culturais importantes do país, como o Festival Internacional de Artes Cênicas, Festival de Cinema Brasileiro, Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental e Festival de Cinema Universitário Latino Americano –, desenvolvido diversas atividades – a exemplo do que ocorre na área da saúde, na área de agronegócio, dentre outras – e realizado atividades de caráter transdisciplinar que colocam alunos, professores e servidores em situação de troca de experiências com benefícios mútuos para o mundo acadêmico e a população.

2.3.2 A responsabilidade social da instituição, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

A UFG adota a política de oferecer produtos e serviços de qualidade, no sentido de fortalecer seu comprometimento social. Assume um papel pró-ativo no fomento à prática de responsabilidade social, estimulando as Unidades Acadêmicas e órgãos a desenvolverem e implementarem programas consistentes e estruturados.

A instituição se exercita no intuito de contribuir para a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a defesa do meio ambiente, a produção artística, a memória e o patrimônio cultural. Atende a populações carentes e não-carentes através da realização de atividades educativas, científicas, artísticas e culturais que democratizam o acesso à música, à saúde, ao teatro e à cultura, promovendo, assim, o desenvolvimento da cidadania e visando ao bem-estar da população. Forma cidadãos conscientes de sua responsabilidade social, líderes e multiplicadores com preocupação constante em educar e instruir a comunidade em geral.

Parte das Unidades Acadêmicas avalia que as ações e relações entre os setores externos são muito interativas, satisfatórias e produtivas e que os serviços prestados à sociedade e à cultura do Estado são muito relevantes. No sentido de reafirmar essa visão pode-se citar o que segue:

- ❑ O Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFG serve de centro de pesquisa a todos os segmentos da sociedade que dela necessitam.
- ❑ O Museu Antropológico é aberto ao público em geral.
- ❑ O Planetário realiza sessões para estudantes durante a semana e para o público, em geral, nos fins de semana.
- ❑ O Espaço Cultural Galpão das Artes serve de palco para apresentações de peças teatrais, apresentações de dança, exposição de obras de arte, oficinas de artesanato.
- ❑ A Galeria da Faculdade de Artes realiza exposições coletivas anuais.
- ❑ Ocorrem apresentações musicais na Escola de Música e Artes Cênicas e na Faculdade de Medicina.
- ❑ O Escritório-Modelo disponibiliza permanentemente assessoria jurídica.
- ❑ Os cursos da área da saúde desenvolvem ações de atendimento direto à população com atendimentos em suas dependências e ações de educação, prevenção e promoção da saúde junto à rede de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde em suas unidades e junto a grupos organizados da população como idosos, hipertensos, diabéticos, gestantes, etc. Atuam também em ambientes como escolas municipais, hospitais, creches, empresas, ONGs e espaços alternativos, beneficiando escolares, pré-escolares, funcionários e familiares com ações educativas, preventivas e promocionais.
- ❑ A UFG oferta vários cursos de atualização e especialização, mestrados e doutorados em atendimento às demandas dos profissionais da região;

- ❑ A Rádio divulga acontecimentos de interesse da comunidade em geral e constitui-se em veículo de divulgação da produção artístico-cultural.
- ❑ O Jornal da UFG apresenta à comunidade universitária e à sociedade em geral assuntos relevantes da vida acadêmica e colabora no sentido de promover a visibilidade e transparência da instituição.

Os diferentes órgãos da UFG acreditam que as suas ações contribuem para o desenvolvimento, sobretudo regional. As ações desempenhadas por cada um dos órgãos são específicas de cada um, como pode-se constatar nas transcrições a seguir:

"... atendimento e produção de documentos que nos são solicitados..."

"... participa de conselho de saúde e fóruns de discussão de diversos temas de gestão de práticas públicas de saúde, relativos à melhoria da qualidade de vida da população..."

"... prestação de serviços na área de arqueologia de contrato, através do Laboratório de Arqueologia, que vem, há mais de uma década, desenvolvendo trabalhos de salvamento arqueológico junto a empresas hidrelétricas implantadas na região..."

Porém, em alguns o que é relatado em comum são as atividades realizadas no sentido de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão.

Quanto às relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas, no geral os órgãos possuem boas relações, entretanto, alguns acreditam que essas relações possam ser ampliadas.

Grande parte dos órgãos possui ações que contribuem para o desenvolvimento da democracia e da cidadania e possuem formas de inclusão e assistência, através de projetos e informações prestadas à comunidade acadêmica.

O desenvolvimento de atividades que podem ser interpretadas como sendo de interação com o meio social está presente em grande parte dos órgãos, como em pesquisas e informações prestadas à comunidade (interna e externa a UFG), etc.

Em apenas um dos órgãos existem atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos e ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos. Todos os outros órgãos disseram que esses tipos de atividades e ações não se aplicam a eles.

Por estas e muitas outras atividades desenvolvidas na UFG, é visível seu importante papel como geradora e disseminadora de conhecimentos que vem refletir na melhoria e no aprimoramento das condições de vida da população.

Ao entender a importância de seu papel social e reconhecer os problemas de acessibilidade à educação de nível superior no Brasil, foi aprovado em 1º de agosto de 2008 o Programa de Ações Afirmativas (UFG Inclui) pelo Conselho Universitário da UFG. Este possui validade de dez anos e será avaliado anualmente como mecanismo para aprimorar a política de inclusão na Universidade, provendo uma série de mudanças referentes ao processo seletivo e à permanência dos estudantes na graduação.

O UFG Inclui contempla, já na inscrição do Processo Seletivo, a reserva de 10% de vagas para candidatos provenientes de escola pública, 10% para candidatos autodeclarados negros também oriundos de escola pública, e, caso haja uma demanda específica, uma vaga adicional em cada curso para índios e negros quilombolas. Ele passa pelo aproveitamento da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e abrange o acompanhamento e promoção da permanência na Universidade dos estudantes.

2.3.3 A comunicação com a sociedade

A UFG possui uma Assessoria de Comunicação (ASCOM) que coordena e executa projetos, estratégias e atividades comunicacionais da instituição. A ASCOM desenvolve fluxos informativos contínuos e dinâmicos, buscando garantir o direito à informação e à socialização do conhecimento.

A comunicação com a sociedade acontece da seguinte forma: **publicações impressas** (jornais, informativos, catálogos, *folders*, cartazes, etc), **produções eletrônicas** (rádio e televisão) e **Internet** (portais, *sites*, *webtv*, *web-radio*, *newsletter*, *e-boletins*, ouvidoria, vídeos, fotografias, listas de discussão, videoconferência, *chats*, *banners*, etc). O Jornal da UFG e o boletim UFG Notícias, por exemplo, possuem formato impresso e eletrônico e estão disponíveis *online* no portal da UFG.

No início de 2007, a Rádio Universitária da UFG – 870 AM – ampliou sua qualidade de transmissão. A programação da Rádio pode ser ouvida num raio de 100 km ao redor de Goiânia. Considerada a única rádio genuinamente educativa de Goiás, é também a única rádio-laboratório do Estado. Cerca de 60 alunos da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB) atuam na Rádio, sendo responsáveis por 20% de sua programação.

A UFG possui também o Centro Editorial e Gráfico (CEGRAF), que engloba três seções: a Editora UFG, a Gráfica e a Livraria UFG. A Editora UFG, nos anos 2006-2007, lançou 27 títulos e reeditou outros 6. Entre eles, *A aprendizagem colaborativa de línguas*, de Francisco José Quaresma de Figueiredo (org.); *Educação e participação*, de Luís Gustavo Alexandre da Silva; e *Foucault e a resistência*, de Simone Sobral Sampaio.

Outro importante canal de comunicação é o Serviço de Ouvidoria da UFG, que tem como meta principal a prestação de serviços à comunidade universitária e à sociedade em geral. A Ouvidoria recebeu e respondeu a 5,6 mil *e-mails* enviados pela comunidade universitária no período de janeiro de 2006 a novembro de 2007.

Como parte integrante do Programa de Gestão Estratégia (PGE) os questionários de auto-avaliação 2006/2007, preenchidos pelos gestores das Unidades Acadêmicas após discussões internas em grupos de enfoque e/ou reuniões de Conselho Diretor, avaliam a comunicação com a sociedade. Uma das informações destes questionários é que todas as unidades da UFG possuem uma página ([www.nome da unidade.ufg.br](http://www.nome_da_unidade.ufg.br)), como meio de divulgação de todas as suas informações, tais como: estrutura administrativa e acadêmica; cursos disponibilizados; infra-estrutura; corpo docente; divulgação de eventos, editais de seleção aos cursos de mestrado, especialização e outros; disponibilização de formulários; divulgação de projetos científicos na extensão, na pesquisa e no ensino.

As Unidades da UFG relataram também que utilizam a comunicação escrita, como: cartazes, faixas, *folders*, ofício/circular, boletins informativos, artigos em jornais/revistas, etc. Algumas unidades possuem revistas eletrônicas,⁴ como, por exemplo, a Faculdade de Enfermagem (FEN) e a Faculdade de Educação, que possuem um veículo de comunicação da produção do conhecimento. Nestes questionários de auto-avaliação, também foi informado, por todas unidades da UFG, que não existe uma forma de se avaliarem a efetividade de comunicação e a circulação das informações prestadas.

4. Vide sítio: <www.revistas.ufg.br>.

2.3.4 As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

O desempenho de uma instituição depende, em grande parte, da contribuição das pessoas que a compõem, da forma como estão organizadas, são estimuladas e capacitadas. A gestão de pessoas atua nesse aspecto, entendendo como se manifestam no ambiente de trabalho e adaptando o clima organizacional da forma mais adequada à realidade e necessidade da instituição.

Ocupa, pois, posição estratégica em qualquer instituição devido à natureza de seu processo educativo, por sua função social e no que se refere ao cumprimento das metas e objetivos do sistema federal de ensino.

O quadro delineado pelas diferentes Unidades da UFG – oriundo das respostas dadas ao questionário de auto-avaliação integrante do PGE – mostra que há esforço coletivo e predominância positiva nas Unidades no que tange à participação em programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida, tanto para os docentes como para os técnicos administrativos.

Ainda que se considerem as variações de redação, são comuns observações que pontuam o tema como, por exemplo, *“Todos os anos são realizados cursos de capacitação profissional na Unidade e fora dela. Com o intuito de melhorar as relações no trabalho e no atendimento à comunidade...”* Por outro lado, algumas unidades argumentam desconhecer os programas ligados à melhoria da qualidade de vida dos funcionários da UFG.

É relatado que, algumas vezes, o servidor realiza determinado curso e o local de trabalho não oferece condições suficientes para colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Dessa forma, pode ser entendido que as novas capacidades adquiridas precisam ser aplicadas em novas atividades que suplantem aquilo que anteriormente era realizado. Isso passaria por uma política de recursos humanos e, mesmo, pelas chefias imediatas daqueles servidores nas unidades, com atividades focadas nas competências adquiridas dos servidores.

Há significativo envolvimento dos técnicos administrativos com pesquisa e extensão, mas não se pode afirmar que este envolvimento seja predominante. Argumenta-se que, em função do número insuficiente deles na instituição, há impossibilidade de maior participação.

É unânime a afirmação de que o número de pessoal docente e técnico-administrativo é insuficiente para responder aos objetivos e funções da Unidade, mas cabe o registro de que outro problema eventual é a qualificação daqueles.

Atualmente, a UFG convive com a recém-implementação de um novo plano de carreira do quadro técnico-administrativo, que prevê o desenvolvimento dos servidores por meio de progressões por titulação e avaliação. Espera-se que isso contribua na solução dos problemas identificados a partir da qualificação, ou a carência dela.

Mesmo antes das alterações nos planos de carreira, a UFG já se preocupava com o problema da qualificação, sendo que em 2007 foi criado o curso de especialização em Gestão Pública. Este, organizado pelo Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH-PRODIRH), abrange cerca de 40 servidores de diversas Unidades e órgãos. Mais especificamente, suas monografias de conclusão de curso versarão sobre

a UFG, e desta forma, a rica análise gerada contribuirá, mais ainda, para que outras soluções sejam implementadas em toda instituição.

Além desse, diversos outros cursos e seminários de capacitação foram realizados, que versaram desde a utilização de softwares de computadores até as relações interpessoais. A este último aspecto, as respostas da maioria das unidades e órgãos são de que as relações de trabalho são boas e se dão de forma harmoniosa. E, se há algum tipo de conflito, a compreensão e superação são perseguidas.

2.3.5 Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

O Conselho Universitário (CONSUNI) é a instância máxima de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade e se reúne ordinariamente uma vez por mês, em sessões extraordinárias. O CONSUNI é composto pelo reitor, como presidente, pelo vice-reitor, pró-reitores, diretores das Unidades Acadêmicas e representantes da comunidade, dos docentes, dos servidores técnico-administrativos e dos estudantes. Podem participar do CONSUNI, com direito a voz, os diretores dos Órgãos, dos *campi* do interior, dos órgãos administrativos que não fazem parte do Conselho Universitário, além de representantes do sindicato dos professores, do sindicato dos servidores técnico-administrativos e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Desta forma, a organização e gestão da instituição conta com a participação dos segmentos da comunidade universitária e com representantes da comunidade nos processos decisórios.

O CONSUNI tem como função estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas da universidade e supervisionar sua execução. Assim, é de sua competência aprovar o Plano de Gestão apresentado pelo reitor a cada reitorado, os regimentos das Unidades Acadêmicas, órgãos, *campi* do interior e demais órgãos que venham a ser criados. São também funções deste conselho estabelecer as condições gerais de criação e funcionamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisa, aprovar os convênios e contratos da UFG com instituições de direito público ou privado, aprovar normas sobre a administração financeira da instituição, aprovar a outorga de distinções universitárias, autorizar, na forma da lei, a alienação e oneração de bens patrimoniais imóveis, bem como a aceitação de legados e doações feitas à UFG. Deve, ainda, aprovar as normas disciplinadoras dos servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade e regulamentar o processo para a escolha de representantes destes e dos estudantes nos conselhos da Universidade. É a instância máxima de recurso no âmbito da UFG, podendo evocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse da instituição. Em 2006, na busca de uma aproximação da administração central com os *campi* do interior, foi implantado o Programa Reitoria Itinerante. A administração central transfere o grupo de trabalho para *campi* do interior.

Nas Unidades Acadêmicas, o Conselho Diretor é o órgão máximo deliberativo e de recurso em matéria acadêmica, administrativa e financeira. Este fórum de discussão é composto pelo diretor, vice-diretor, chefes de departamento, coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação (*stricto sensu*) e representantes dos docentes, dos

servidores técnico-administrativos e dos estudantes. Conforme informações presentes nos questionários de auto-avaliação, a maioria dos processos de tomada de decisão é discutida em reuniões do Conselho Diretor, conforme as transcrições abaixo:

“A maioria desses processos de tomada de decisão é discutida em reuniões do Conselho Diretor”.

“As decisões da [nome da unidade], em maior parte, são tomadas no Conselho Diretor, com participação dos três segmentos da comunidade acadêmica. Diante da impossibilidade dessas reuniões, o diretor e demais coordenadores encaminham as decisões que são, na maioria das vezes, submetidas a referendo do Conselho Diretor”.

“A maioria das decisões a serem tomadas tem início muitas vezes a partir de conversas informais tanto com os envolvidos diretamente ao problema como os demais, mas a discussão para decisão final é sempre feita pelo Conselho Diretor”.

Algumas Unidades Acadêmicas relataram que estas decisões são tomadas conforme o planejamento estratégico e pedagógico:

“As decisões são tomadas em função dos planejamentos estratégico e pedagógico”.

Na maioria dos questionários de auto-avaliação, as unidades afirmaram que o grau de descentralização é adequado para a gestão da instituição; apenas uma Unidade discorda desta afirmação.

“O grau de descentralização existente na Unidade é, em boa parte, adequado à gestão da instituição”.

“...aperfeiçoando o seu processo de descentralização, ampliando a participação nos processos decisórios e freqüentemente estimulando os alunos (graduação e mestrado) a participarem deste processo”.

“Existe relativa descentralização por parte da gestão com a criação de assessorias que facilitou o desempenho da direção”.

“É adequada. As decisões são descentralizadas por meio de comissões”.

2.3.6 Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Considerando as demandas existentes ao longo do tempo e o cenário apresentado pelo REUNI, a atual gestão tem feito vários investimentos na infra-estrutura física da Universidade. O Centro de Gestão de Espaço Físico da Pró-Reitoria de Administração (CEGEF-PROAD), órgão responsável pelo planejamento, construção e manutenção do espaço físico, atende às demandas das unidades e órgãos buscando a melhoria e expansão dos espaços usados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2006, foram finalizadas 98 obras e outras 82 estavam em andamento com finalização programada para 2007.

Dentre as obras executadas e em execução, destacam-se a expansão dos campi de Catalão e Jataí, a construção do prédio do Centro de Recursos Computacionais (CER-COMP-PRODIRH), o Centro de Aulas do campus Samambaia (que é utilizado por vários cursos), reformas em diversas unidades, a construção da sede administrativa dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia e a execução do projeto de acessibi-

lidade aos edifícios da UFG. Merece destaque a construção do Centro de Eventos, obra de grande importância para instituição, que terá como objetivo abrigar as solenidades de colação de grau dos cursos além de vários outros eventos presentes no calendário acadêmico da UFG.

Acerca da infra-estrutura de bibliotecas, a UFG conta com o SIBI – Sistema de Bibliotecas composto por cinco unidades: a Biblioteca Central, Biblioteca Setorial do Campus I, Biblioteca Setorial do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Biblioteca Setorial do Campus Jataí e Biblioteca Setorial do Campus Catalão. Atualmente, este sistema reúne cerca de 150 mil volumes de livros e 1.900 fitas em VHS e DVD, além do banco de teses.

O SIBI oferece ainda serviços de empréstimos, consulta local, treinamento de usuários, pesquisa bibliográfica, acesso à Internet, entre outros.

Ainda, sobre os meios de comunicação e informação, ressalta-se que a UFG em 2002 implantou a política de sítios para os órgãos que compõem a administração central.

Além da Internet, que disponibiliza informações aos seus usuários, a instituição dispõe da Assessoria de Comunicação que é dividida em duas seções: Assessoria de Imprensa e Assessoria de Relações Públicas.

Dentre suas atividades, a Assessoria de Imprensa é responsável pela edição mensal do Jornal da UFG, boletim semanal *online*, manutenção do portal da UFG, relação com a mídia e imprensa local e regional. A Assessoria de Relações Públicas, entre outras atividades, tem como atribuições: organizar e realizar os eventos institucionais, realizar atividades de porta-voz da Reitoria, produzir material institucional e coordenar as cerimônias de colação de grau.

A Rádio Universitária é outro componente do complexo de comunicação da instituição e figura como um veículo educativo-cultural e informativo, sendo ainda laboratório para alunos de graduação da UFG.

As informações relacionadas à Dimensão 7 permitem a coleta de registros positivos em relação ao acervo e horário de atendimento da biblioteca e, em menor quantidade, outras Unidades acham que o acervo é insatisfatório e o horário de atendimento deve ser estendido. Aspectos como ventilação, iluminação e limpeza dos prédios foram considerados adequados pela maioria e poucas registram descontentamento com a limpeza, ventilação, iluminação e conservação principalmente dos laboratórios.

Ainda que quase a metade das Unidades tenha respondido que as instalações não são adaptadas para os estudantes com necessidades especiais, cabe reconhecer que mudanças importantes já acontecem dentro da UFG em benefício desses alunos. Aproximadamente 50% das Unidades possuem rampas de acesso; outras, elevador (necessitando de reparos e manutenção); e poucas, banheiros adaptados. Vale registrar relatos pertinentes e que confirmam a preocupação com o bem estar e a qualidade de vida do deficiente físico:

“Não há vaga para cadeirantes no estacionamento dos carros; não há adaptação do meio-fio da calçada que favoreça o acesso através de cadeira de rodas; faz-se necessária a adaptação de banheiros ao estudante deficiente físico; o auditório não favorece o acesso livre ao cadeirante nem do ponto de vista da audiência, nem de sua possível participação no palco. Em ambos os locais há escadas, e não rampas; não há instrumentos musicais adaptados a estudantes com algum nível de comprometimento motor”.

“As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais, apesar de ainda existir a necessidade de reformas nas vias de locomoção entre os prédios; o acesso dos deficientes a essas rampas é muito dificultado tanto pelo calçamento do pátio externo quanto pelo aglomerado de carros...”

Uma Unidade informa que “possui espaço para atender estudantes com necessidades especiais, sendo seu espaço freqüentemente solicitado para atender demandas de concursos públicos, vestibulares e outros, no sentido de acomodar os candidatos com necessidades especiais”.

As demais questões pertinentes à dimensão 7 estão, em grandes linhas, circunscritas ao mundo da operação, das necessidades trazidas pelo progresso das ciências e da tecnologia, do espaço físico, do funcionamento, do eficiente e do ágil. As respostas obtidas mostram a valorização e importância dada, por todas as Unidades, a esses aspectos. São fartos, constantes e repetitivos os argumentos que confirmam a esfera da carência, da quantidade, das necessidades físicas, da produção, da dependência. Em regra, prevaleceu a tendência de se destacar os aspectos negativos e de se pontuar o material que não se tem. As variações de texto são inúmeras, mas carregam em sua essência os seguintes apelos:

“A infra-estrutura não é adequada”.

“A quantidade de laboratórios não é adequada e os equipamentos disponíveis são antigos, obsoletos, insuficientes”.

“As carteiras das salas de aula, laboratórios e salas de estudos necessitam substituição urgente”.

“Alguns laboratórios são funcionais, outros não”.

“Biblioteca e Laboratório de Informática insuficientes, defasados, funcionando em condições precárias”.

“Ampliação da sala do Centro Acadêmico... ampliação e disponibilidade de mais vagas no estacionamento para uso também dos estudantes”.

“O espaço físico não é suficiente para que os estudantes desempenhem devidamente as atividades programadas... sobretudo nas atividades que envolvem novas tecnologias de comunicação e educação”.

“Os computadores disponíveis são antigos e não suportam programas mais modernos”.

“Uma política de uso de softwares livres deve ser estudada e implementada no âmbito da UFG”.

“São necessárias reformas em diversos espaços de produção de conhecimento”.

“Estado de conservação é ruim. A deficiência mais relevante é na rede elétrica”.

“A infra-estrutura da energia elétrica está sobrecarregada e não permite a instalação de novos equipamentos”.

“Carência de salas de aulas”.

“Carência de kits didáticos para todos os laboratórios”.

“Número de gabinetes de professores insuficiente, ocasionando divisão de gabinetes por vários professores e uso compartilhado de computador”.

"...Precárias condições dos bonecos para procedimentos do Laboratório de Técnicas.... já possuem mais de vinte anos...faltam equipamentos para procedimentos específicos...para o ensino de técnicas..."

"Laboratórios mal iluminados, sem refrigeração, com péssima acústica, pouca ventilação, com mobiliário antigo e mal limpo".

"Os equipamentos da biblioteca não têm a quantidade e qualidade necessárias. São pequenos para a demanda... principalmente das obras adotadas como livro-texto".

Nos questionários de auto-avaliação, os sistemas de arquivo e registro se mostraram ineficientes para dar conta das funções das Unidades. Apenas duas Unidades avaliaram o sistema de arquivo e registro como eficiente.

"Os sistemas de arquivo e registro não são eficientes para dar conta das funções da Unidade. Os sistemas de gerenciamento de informações da Instituição não permitem que a unidade possa acessar e recuperar informações de acordo com as suas necessidades. Por exemplo, fazer uma busca por todos os projetos de pesquisa/extensão cadastrados em um certo período, número de publicações vinculadas a um projeto, número de participantes por projeto, etc. O SICAD não permite, por exemplo, a importação de dados de anos anteriores e nem a importação de dados do Curriculum Lattes do docente".

"Pouco eficazes, e falta de organização devido ao espaço insuficiente e pessoal de apoio para desenvolver a atividade".

"... ainda não temos um sistema organizado e definido sobre o destino de documentos antigos (arquivo permanente)".

"Inexistência de ambiente adequado para a instalação destes serviços e de pessoas preparadas para a sua execução".

"Deficiente. Desorganizado por falta de espaço físico e de pessoal especializado na área de arquivo".

"O arquivo é função desempenhada por todos os funcionários da secretaria que nem sempre têm o compromisso de fazer de forma eficiente, muitas vezes fazendo de forma não adequada, principalmente por não terem conhecimento de como executar. Existe a necessidade de adequação, conhecimento e aperfeiçoamento para a melhoria do sistema de arquivo existente atualmente".

"... têm-se mostrado eficientes para dar conta das funções da Unidade, mas certamente as demandas atuais e a nova visão de arquivo e registro de documentos e material estão a exigir melhorias nos sistemas".

"Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da Unidade, entretanto, a eficiência pode ser melhorada através da maior utilização de recursos computacionais".

As listas seguem, mas conforme já explicitado, carregam em seu bojo as mesmas carências, com variação apenas na redação. Ao final de cada uma delas cabe refletir: essas reivindicações, se atendidas, conseguirão levantar o véu que esconde as aflições e dificuldades que permeiam a vida acadêmica?

2.3.7 Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

Os processos de planejamento e avaliação nas universidades públicas dão-se num ambiente de continua reflexão/elaboração por parte dos atores institucionais, entretanto, de forma pontual e fragmentada, não consolidada. Assim, um desafio à UFG é apresentado: a organização e sistematização dos processos de avaliação e planejamento.

Atualmente, o processo de avaliação da UFG está concebido no interior de um projeto maior denominado PGE, que articula avaliação, planejamento e informação institucional. O PGE institucionalizado na gestão 2006-2009, através da Resolução CONSUNI nº 10/2006, no Apêndice 2, representa uma das mudanças objetivas produzidas pelo projeto denominado "Avaliação Institucional: uma mudança em curso", cujo pressuposto é o planejamento coletivo.

O Programa de Gestão Estratégica da Universidade Federal de Goiás possui os seguintes objetivos, a saber:

- a) consolidar uma prática de gestão estratégica que potencialize o desenvolvimento institucional, tanto estrutural como humano;
- b) consolidar em todas as instâncias e níveis de funcionamento da UFG, Administração Central, Unidades Acadêmicas e *Campi* do Interior, uma cultura de organização e sistematização dos processos de planejamento e avaliação;
- c) constituir um sistema de informação abrangente e atualizado, formando uma base de dados em permanente atualização, a partir da qual os dirigentes, a comunidade acadêmica e sociedade obtenham dados e informações.

Os locais nos quais são efetivados os processos de planejamento e avaliação previstos no PGE são: a Administração Central da UFG, as Unidades Acadêmicas, os Órgãos Suplementares e os *Campi* do Interior. A Administração Central e os Órgãos Suplementares se estruturarão em Núcleos de Gestão para a execução do processo de planejamento e avaliação.

A implementação dos processos avaliativos e de planejamento tem exigido das Unidades Acadêmicas uma maior organização e sistematização dos resultados encontrados, o que tem demandado tempo e esforço no processo de idealizar e implantar metodologias que sejam apropriadas ao ambiente das universidades públicas.

A maioria das Unidades Acadêmicas já percebe resultados positivos que decorrem da auto-avaliação e que, através da reflexão, geraram juízo crítico sobre sua realidade, sua necessidade e o seu futuro.

Inúmeras mudanças imediatas já resultaram deste processo e outras ainda são aguardadas, pois necessitam de autorização e verba de instâncias superiores. O que se espera é que o processo de auto-avaliação seja um instrumento valioso para aumentar a consciência dos docentes, discentes, técnicos administrativos e da sociedade em geral sobre a identidade e, portanto, as prioridades e potencialidades de cada Unidade Acadêmica. Não perdendo de vista que as diversas dimensões da realidade avaliadas (ensino, pesquisa, extensão, infra-estrutura, equipamentos, recursos humanos, etc) devem ser integradas e contribuir para uma educação superior socialmente comprometida com seus objetivos e funções.

As Unidades Acadêmicas relataram, de um modo geral, que no processo de planejar e avaliar há necessidade de maior envolvimento de toda comunidade acadêmica. Algumas causas desta participação parcial foram apontadas, como: a recente cultura de planejar e avaliar as ações acadêmico-administrativas de forma democrática; e a necessidade de aprimorar os processos envolvidos na construção de um sistema de avaliação que aprofunde os compromissos e responsabilidades de todos os envolvidos no processo.

O quadro abaixo demonstra análises ligadas ao planejamento e à avaliação, no contexto das Unidades Acadêmicas/Núcleos de Gestão, de vertentes como a “Participa-

UA	Participação	Divulgação	Análise dos resultados	Efeitos
A	Pequena, pouco interesse	Tardia e parcial	Não permitiu gerar juízos críticos	Não há ações e nem mudanças imediatas
B	Mais aprimorada para garantir envolvimento coletivo		Não tem conclusões pois processo está em curso	
C	Acompanhamento deficiente		Positiva	Durante construção, nova estrutura curricular e do PPP, várias análises da UA como um todo
D	Cultura recente		Processo em evolução	Mudanças imediatas, outras necessitam maior tempo
E		Mensal das metas	Gerou juízos críticos sobre a UA e vários progressos	Criação do curso de mestrado, grupos de pesquisa e projetos aprovados por instituições de fomento
F		Não foi suficientemente divulgado	Não foi feito planejamento de avaliação e acompanhamento. Ainda é cedo para avaliar mudanças	Soluções estratégicas quanto à qualidade dos formandos; aquisição de equipamentos e mobiliário, treinamento de TAs
G			Permite adequações e correções	Permitiu alterações como: reestruturação de programas de disciplina, revisão curricular, ações focadas
H			Necessidade de aprofundamento nos processos de planejamento e avaliação. Percebeu-se de maneira geral as deficiências e capacidades	Reivindicará reformas no espaço físico, materiais e equipamentos. Reposição e crescimento de TAS. O orçamento está muito aquém do necessário
I			Questiona-se se o relatório de auto-avaliação consegue comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna	Poucos, pois a maioria depende de mais investimentos para infra-estrutura e pessoal
J	Semana de planejamento – anual envolve todos		Permitiu gerar juízos críticos	Todas as ações são norteadas através do planejamento através da discussão de metas e estratégias. São levantadas questões relativas à organização administrativa, à graduação, pós, pesquisa, extensão e infra-estrutura.
K			Conduziu a um juízo crítico sobre a realidade, a necessidade e o futuro da UA	

(continua)

UA	Participação	Divulgação	Análise dos resultados	Efeitos
L		Não suficiente	“No planejamento estratégico não foi planejado procedimentos de avaliação.”	Ações foram desenvolvidas em relação à deficiência dos ingressantes no curso de física. Foram adquiridos equipamentos e mobiliários que melhoraram as condições de trabalho dos professores. A IF apresentou projetos na PROCOM para estagiários na área de informática
M	Falta participação significativa de discentes e Tas		Tem servido para direcionar as ações administrativas desenvolvidas pela Diretoria e Coordenação, tornando-as mais democráticas	Juízos críticos sobre a Unidade, por tratar de forma organizada e sistemática questões vivenciadas pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo

ção”, a “Divulgação”, a “Análise dos Resultados” e os “Efeitos”. Isso foi possível através da extração dos dados existentes em alguns questionários de auto-avaliação, preenchidos após discussões internas dentro dos ambientes citados da UFG.

2.3.8 Políticas de atendimento a estudantes e egressos

A UFG possui uma Divisão de Assistência Social que busca propiciar melhores condições de estudo e vivência acadêmica a estudantes que precisem. Oferece **concessão de passagens aos estudantes de graduação** para participarem de atividades científicas, culturais e políticas, visando proporcionar ao estudante um espaço de convivência cultural e favorecendo o enriquecimento do processo de formação.

Como parte da Política de Assistência Social da UFG, o Conselho Universitário aprovou, em abril de 2007, uma resolução que dispõe sobre o Programa de Moradia Estudantil e fixa normas para a ocupação das **Casas de Estudantes Universitários** (CEUs). O programa busca garantir a permanência, na Universidade, dos estudantes de baixa renda com necessidade de moradia, oriundos do interior de Goiás ou de outros Estados e países, somando aproximadamente 220 vagas.

Os Restaurantes Universitários (RUs) dos *campi* I e II fornecem diariamente para a comunidade universitária – a maioria estudantes – e também para a população em geral cerca de 1,5 mil refeições – almoço e jantar. No Restaurante Executivo (campus II), são servidas em média 300 refeições. A UFG oferece concessão de isenção de pagamento nos Restaurantes Universitários a estudantes de baixa renda (**Bolsa Alimentação**). Um levantamento feito, em maio de 2007, pela equipe do Serviço de Nutrição da Pró-reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PROCOM) revela que a maioria dos usuários que freqüentam os dois restaurantes aprova a alimentação, classificando o serviço como médio e bom.

A **creche** da UFG atende a crianças de zero a quatro anos e onze meses, filhos de servidores (docentes e técnicos administrativos) e estudantes da UFG. É um espaço da educação da criança e participação dos pais, contando com 21 educadores entre professores, técnicos e bolsistas. São 108 vagas, oferecidas de forma paritária, entre os três segmentos da comunidade universitária. Apesar da distribuição igualitária, o espaço é mais procurado pelos estudantes. O reflexo da demanda estudantil está nos números

de ocupação do espaço: das 86 vagas ocupadas hoje, 39 são preenchidas por filhos de alunos.

O **Programa de Bolsa Permanência** atende a estudantes de baixa renda dos cursos de graduação da UFG. O critério principal para participação é que as atividades sejam desenvolvidas na área de formação acadêmica do bolsista. Os bolsistas são remunerados mensalmente conforme a carga horária. Atualmente, para 15 horas semanais, a remuneração é de R\$ 220,00 e para 20 horas semanais, R\$ 300,00. A bolsa tem por objetivos: contribuir para a formação acadêmica dos estudantes e ser instrumento de sua permanência na Universidade, fornecer bolsa financeira e possibilitar aos estudantes bolsistas oportunidade de vivenciarem a relação teoria-prática na área de sua formação.

O **Serviço Odontológico** presta assistência odontológica à comunidade universitária, constituída por alunos, servidores (docentes e técnico-administrativos) e seus dependentes. A finalidade institucional do Serviço Odontológico é a promoção de saúde bucal da comunidade universitária, atuando nos níveis educativo, preventivo e curativo. O quadro de funcionários desse serviço é composto, atualmente, de 9 cirurgiões-dentistas, sendo 4 clínicos gerais, 1 especialista em dentística, 1 endodontista, 2 radiologistas e 1 protesista. Conta ainda com 2 recepcionistas, 6 auxiliares de cirurgia-dentista e 2 protéticos. Esse serviço mantém um plantão para atendimento de urgências odontológicas. O Serviço Odontológico não visa a lucro. No entanto, os usuários pagam pelos serviços prestados. Existe uma tabela de preços diferenciada, de acordo com o salário dos usuários.

Em dezembro de 2006, foi lançado o **Programa Universidade Saudável** com a proposta central de integrar as ações de promoção da saúde nas políticas e práticas universitárias. O programa pretende contribuir para o processo de capacitação da comunidade universitária para atuar na melhoria da sua qualidade de vida. Outros pontos observados pelo programa: redução de custos empregatícios, diminuição da evasão escolar, melhoria no desempenho acadêmico (estudantes saudáveis são melhores aprendizes), vantagem competitiva e ampliação da responsabilidade social. A equipe da Saúde Mental do programa atua no atendimento social, psiquiátrico e psicológico a estudantes e trabalhadores da universidade. São ações diversificadas, com atendimentos individuais e em grupo, visitas aos locais de trabalho, de estudo e domiciliares. Diante da impossibilidade de atender a todos os membros da comunidade universitária, o programa tem dado prioridade ao atendimento daqueles que não possuem condições para arcar com os tratamentos privados. Desta forma, o programa garante que pelo menos os usuários de baixa renda possam ser atendidos, buscando contribuir para a permanência dos estudantes em seus cursos e também com sua qualidade de vida.

Os questionários de auto-avaliação 2006-2007, preenchidos pelos gestores das Unidades Acadêmicas após discussões internas em grupos de enfoque e/ou reuniões de Conselho Diretor, avaliam as políticas de atendimento a estudantes e egressos. Uma das informações destes questionários é que todas as unidades da UFG incentivam a participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios), iniciação científica, extensão e atividades de intercâmbio estudantil. A maioria das unidades acadêmicas tem coordenação de estágio que orienta e acompanha as atividades de estágio.

“Os estudantes são incentivados desde o início do curso a participar de atividades extra-classe como projetos de pesquisa, extensão, estágios não obrigatórios, monitorias, eventos científicos e culturais diversificados”.

“Tem sempre demandado bolsas de iniciação científica, com alguns resultados positivos. Poucos alunos estão envolvidos com atividades de extensão. Entretanto, a Unidade vem tentando incrementar atividades de extensão, principalmente com envolvimento do corpo discente”.

“A Unidade tem dado suporte a todos os alunos interessados nas atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil. Embora estágios não sejam obrigatórios para alunos do curso, os alunos interessados são apoiados”.

“A Unidade tem uma coordenação de estágio e projeto final que orienta e acompanha as atividades de estágio (obrigatórios ou não), a qual tem procurado sempre atualizar as normas que regem as relações entre os alunos e as empresas”.

Nestes questionários de auto-avaliação também foi informado, pela maioria das unidades da UFG, que não há o acompanhamento de egressos, mas oportunidades de formação continuada nos cursos de especialização e pós-graduação oferecidos pela maioria das Unidades Acadêmicas.

“Não há o acompanhamento de egressos, mas todos os alunos têm oportunidade de ingresso nos cursos de Especialização e Pós-Graduação oferecidos pela unidade”.

“A Faculdade oferece cursos de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu e vários cursos de aprimoramento durante os eventos promovidos, como ocorre nas semanas científicas”.

“Há acompanhamento de egressos da Pós-Graduação stricto sensu por ocasião do Coleta Capes”.

Quanto aos mecanismos de apoio acadêmico e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais, foi relatada a existência de monitores e alguns cursos possuem o programa de tutoria.

“Existe serviço de monitoria para alunos de baixo rendimento e a UFG oferece serviço de atendimento psicológico”.

“Foi aprovada, nos projetos político-pedagógicos dos dois cursos oferecidos pela Unidade, a criação do Programa de Tutoria, por meio do qual cada professor da Unidade ficará responsável pelo acompanhamento de um grupo de alunos, desde o ingresso até a formatura”.

“Acadêmicos que tenham dificuldades são orientados pelos professores, pela coordenação do curso, pela diretoria e quando necessário são encaminhados aos programas existentes na instituição como o serviço médico e a Casa do Estudante Universitário. Existe programa de intercâmbio nacional (Programa de Mobilidade Estudantil) e alguns alunos estão se interessando por convênios internacionais”.

Os questionários informam também sobre as políticas de incentivo à criação de empresas-júnior e incubadoras.

“A Unidade incentiva a criação de empresas-júnior, incubadoras, e existe um projeto para esta criação sendo desenvolvido por meio de um projeto de final de curso”.

“A UFG possui o programa de incubação de empresas (PROINE) e, através da disciplina Empreendedorismo, os alunos têm sido motivados a desenvolver projetos nesse sentido”.

Quanto aos mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição, foi relatado, por algumas unidades, que isto acontece durante a

auto-avaliação institucional, no grupo de enfoque de avaliação externa. E quanto à participação dos egressos na vida da Unidade, esta se dá por meio dos cursos de mestrado e de especialização, e também na atuação como professor substituto e como professor efetivo, de acordo com a disponibilidade de vagas e concursos.

Apenas quatro dos oito órgãos responderam sobre as políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, iniciação científica, extensão, avaliação institucional e atividades de intercâmbio estudantil e avaliaram como positivas essas políticas, sendo citada principalmente a participação dos estudantes em estágios.

Somente o DAA disse possuir estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempo médio de conclusão, etc.

“... como auxiliar da PROGRAD e tendo a função de acompanhamento dos dados acadêmicos, disponibiliza estes estudos e análises para que a PROGRAD tome as decisões na busca de melhorias das atividades educativas...”

Já a Rádio Universitária disse possuir *“apenas campo de estágio/laboratório – os estudantes permanecem no Órgão entre 6 meses a um ano”*.

Todos os outros órgãos ou não responderam ou disseram que essa questão não se aplica a eles.

Quanto à existência de mecanismos de apoio acadêmico e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais, apenas dois dos oito órgãos disseram possuir tais mecanismos:

“Informa a comunidade universitária e/ou os interessados sobre como proceder em diversas situações (doença, mudança de domicílio, portadores de diploma, transferências, etc.) e trata os processos buscando atender aos interessados de acordo com o regulamento da Universidade”

“Guardadas as responsabilidades da academia e do Órgão, há uma boa interação entre a Direção da emissora e das Unidades Acadêmicas que têm estudantes com atividades regulares que, de alguma forma, necessitam de algum tipo de intervenção para solucionar dificuldades no dia a dia”.

No que se refere a políticas de incentivos a estágios, intercâmbio com instituições e estudantes do exterior, quase todos os órgãos disseram não possuir, apenas o DAA respondeu positivamente:

“Programa de Estudante Convênio, Programa de Mobilidade Acadêmica com Instituições Federais e Programa de Intercâmbio Cultural no Exterior”.

Já a Rádio Universitária explicitou que, apesar de não possuir políticas nesse sentido, existe uma discussão interna: *“busca a FACOMB, para estudar a possibilidade de tornar a Emissora um espaço para a prática laboratorial de outras instituições de ensino, tornando a UFG referência, consolidando sua importância regional na prática da extensão regional e democratizando ainda mais sua grade de programação. Tudo isso, com a possível busca de recursos e a devida observação da qualidade e dos compromissos de uma emissora pública e educativa”*.

O único órgão que disse possuir mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição foi o HC:

“Através de reuniões de diretoria de gestão de pessoas, a qual se encarrega de realizar o encontro e reuniões com o intuito de conhecer tais opiniões.”

2.3.9 Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

As informações referentes à sustentabilidade financeira indicam que as verbas de custeio são suficientes para o adequado funcionamento de 30% das Unidades Acadêmicas. Entretanto, para 70% delas, o valor repassado está muito aquém do necessário para suas atividades. As carências são minimizadas com recursos oriundos de outras fontes, tais como:

- ❑ projetos de pesquisa financiados por agências de fomento à pesquisa;
- ❑ projetos de cooperação;
- ❑ serviços prestados pela Unidade Acadêmica;
- ❑ cursos de especialização;
- ❑ cooperação de órgãos de fomento e/ou instituições governamentais;
- ❑ convênio firmado com o Sistema Único de Saúde (SUS), via Secretaria Municipal de Saúde;
- ❑ Centro de Línguas;
- ❑ fontes de recursos como PROAP, FUNAPE, FAPEG, CNPQ, CTINFRA.

Com relação ao espaço físico, poucas unidades não possuem uma política para atualização das instalações no atendimento das demandas da Unidade. Para a grande maioria, o espaço físico é reconhecido como extremamente insuficiente e o assunto é sempre discutido na Unidade, seja no planejamento estratégico ou então via comissões. Estas avaliam, analisam a distribuição do espaço e propõem as modificações necessárias. Entretanto, por serem geralmente obras algo dispendiosas, acabam sempre sendo adiadas em função de outras prioridades. Alegam também que as Unidades Acadêmicas não têm autonomia para executar seus projetos. Dependem da disponibilização de recursos e do planejamento e execução de obras dos órgãos superiores da Universidade.

No que tange à sustentabilidade financeira, grande parte dos órgãos pontua que depende dos recursos financeiros disponibilizados pela UFG. Apenas o HC diz que:

“... possui um contrato de meta com a Secretaria Municipal de Saúde, em que recebe uma parte fixa da média complexidade e uma variável da alta complexidade. Esses recursos suprem o hospital na parte da assistência”.

Já o Museu Antropológico afirma que:

“Embora a dotação orçamentária do Órgão esteja prevista no Regimento, não há repasse de verbas para o Museu. Nos últimos anos, os projetos de salvamento arqueológico têm gerado recursos de fundo local bastante significativos, mas irregulares. No último ano, procuramos diversificar as fontes de financiamento, submetendo projetos aos editais de órgãos fomentadores na área de museus, o que tem sido uma política bem sucedida, pois todos os projetos tiveram aprovação e repasse de recursos, tanto para projetos de pesquisa como para equipamentos”.

A Rádio Universitária diz que, apesar de a situação financeira estar equilibrada, a mesma caminha para uma situação crítica, pois:

“... o orçamento da UFG cuida dos salários do pessoal concursado, do material de consumo – que quase sempre é insuficiente e necessita de complementação – e custeio”.

Em relação às políticas de espaço físico, poucos órgãos pontuam mais claramente, no sentido da existência dessas políticas:

“Há uma política de espaço físico para atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas da Unidade”.

“Há uma discussão interna, em nível de direção... Esta política está sendo planejada somente neste ano, dado que, em 2006, todo o esforço da equipe do Museu foi concentrado na montagem da Exposição Lavras e Louvores. É uma das metas prioritárias para o ano de 2007”.

Os demais órgãos dizem que o espaço físico é inadequado e insuficiente:

“... necessita e busca espaço físico adequado para prestar atendimento nas suas demandas”.

“Foi realizada uma redistribuição do espaço físico, no entanto, ainda continua insuficiente”.

Apenas um dos órgãos respondeu que o espaço físico existente é adequado e atende a suas necessidades.

3

AÇÕES DA CAVI/CPA 2006-2008

Ações CAVI 2006

- ❑ Visitas técnicas: CPA/UFSM, CPA/UNIJUÍ, CPA/UFC e CPA/UFP.
- ❑ Elaboração e publicação impressa e *online* do *Caderno do PGE* nº 1 - Documentos Básicos e Norteador.
- ❑ Apresentação dos resultados da Auto-Avaliação da FE 2004-2005 e Avaliação Institucional na UFG na Semana de Planejamento da FE/UFG, julho de 2006.
- ❑ Apoio e assessoria no planejamento estratégico e auto-avaliação de Unidades Acadêmicas e Órgãos Administrativos da UFG.
- ❑ Aperfeiçoamento: *Globalização e Internacionalização da Educação Superior: tendências recentes e Políticas e Gestão da Educação Superior e Universidade do Brasil*. Disciplinas do Curso de Pós-Graduação em Educação. FE/UFG, 2º semestre de 2006.

Ações CAVI 2007

- ❑ Aperfeiçoamento: *Educação e Pesquisa e Políticas e Gestão da Educação Superior e Universidade do Brasil*. Disciplinas do Curso de Pós-Graduação em Educação. FE/UFG, 1º e 2º semestres de 2007.
- ❑ Produção e Publicação *online* dos Cadernos do PGE: *Caderno do PGE* nº 2 - Os Alunos da UFG: resultados do ENADE 2004; *Caderno do PGE* nº 3 - Os Alunos da UFG: resultados do ENADE 2005; *Caderno do PGE* nº 4 - Os Alunos de graduação da UFG: auto-análise do ambiente acadêmico 2007; *Caderno do PGE* nº 5 - As Unidades Acadêmicas da UFG: Relatório de gestão do Instituto de Química 2002-2006.
- ❑ Palestra "Avaliação Institucional: a importância desta atividade meio para a Universidade" para a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/UFG. Divisão de Comunicação/UFG. Goiânia, 6 de dezembro de 2007.
- ❑ Apoio e assessoria no planejamento e auto-avaliação nas unidades acadêmicas: FE, FL, IME, EMAC, FAV, FM, FD, IESA, IQ, IPTSP, FANUT, FEN, FF, FCHF e EV.
- ❑ Entrega da publicação *Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFG 2001-2005* nas Unidades Acadêmicas: FE, FL, IME, EMAC, FAV, FM, FD, IESA, IQ, IPTSP, FANUT, FEN, FF, FCHF e EV.
- ❑ Manutenção do sítio da CAVI.
- ❑ Organização dos documentos bibliográficos e de consulta da CAVI.

Ações CAVI 2008

- ❑ Participação no V Seminário de Formação na Graduação de Bacharelado e Específicos da Profissão na UFG e distribuição aos diretores, coordenadores de curso e de estágio de 7 cadernos da série do Cadernos do PGE. 20 de Novembro de 2008
- ❑ Distribuição aos diretores e coordenadores administrativos de UAs [IPTSP, FM, EMAC, IF, FO, FL, IESA, FACOMB, FANUT] /Núcleos de gestão [DAA, CERCOMP, DCF, CEPAE] de 7 cadernos da série do Cadernos do PGE. Outubro a Dezembro de 2008.
- ❑ Participação na Reunião de Câmara da Graduação e distribuição aos coordenadores de curso de 7 cadernos da série do Cadernos do PGE. Novembro de 2008.
- ❑ Palestra: A Faculdade de Enfermagem na perspectiva da Avaliação Institucional. Semana de Planejamento da FEN/UFG. Novembro de 2008
- ❑ Palestra: Planejamento Estratégico FEN 2008/09: pressupostos técnicos. Semana de Planejamento da FEN/UFG. Novembro de 2008
- ❑ Publicação dos cadernos do PGE: Caderno Nº 2 - Os Alunos da UFG: resultado do ENADE 2004; Caderno Nº 3 - Os Alunos da UFG: resultado do ENADE 2005; Caderno Nº 4 - Os Alunos de graduação da UFG: auto-análise do ambiente acadêmico 2007; Caderno Nº 5 - As Unidades Acadêmicas da UFG: relatório de gestão do Instituto de Química; Caderno Nº 6 - Auto-Avaliação Institucional da UFG: o processo e o projeto - Janeiro de 2008; Caderno Nº 7 - Instrumentos de Avaliação Institucional da UFG - Fevereiro de 2008; Caderno Nº 8 - Os Alunos de Pós-Graduação da UFG: Auto-Avaliação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - FE/UFG. Outubro de 2008.
- ❑ Visitas às UAs e Núcleos de gestão para incentivar os processos de planejamento 2008-2009 (Fluxograma PGE) e auto-avaliação 2009-2010 (Fluxograma AI). Outubro a Dezembro de 2008
- ❑ Produção do Relatório de Auto-Avaliação 2006-2008. Maio e Junho 2008.
- ❑ Sistematização dos questionários de auto avaliação (2006-2007) das UAs e Núcleos de Gestão. Abril e Maio de 2008.
- ❑ Palestra: Avaliação como instrumento de melhoria de educação em Engenharia, para alunos do curso de EEEC/UFG. 28 de Março de 2008
- ❑ Produção e Publicação *online* dos cadernos do PGE: Caderno Nº 6 - Auto-Avaliação Institucional da UFG: o processo e o projeto - Janeiro de 2008; Caderno Nº 7 - Instrumentos de Avaliação Institucional da UFG - Fevereiro de 2008; Caderno Nº 8 - Os Alunos de Pós-Graduação da UFG: Auto-Avaliação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - FE/UFG - Fevereiro de 2008.
- ❑ Sistematização dos planejamentos (2006-2007) das UAs e Núcleos. Janeiro a Abril de 2008.

4

A SÉRIE CADERNOS DO PGE

Os “Cadernos do PGE”, cujo objetivo é contribuir para uma melhor compreensão da vida institucional da UFG, constitui-se em um espaço público para socialização, debate e reflexão das questões que envolvem o processo de planejamento, avaliação e informação. A série de publicações *Cadernos do Programa de Gestão Estratégica* (PGE) é coordenada e executada pela Comissão de Avaliação Institucional (CAVI) e publicada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH). O primeiro caderno da série está impresso e disponível na Internet. Outros sete cadernos foram produzidos neste período e também estão disponíveis na Internet através do sítio <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

Caderno N° 1 – Documentos Básicos – Resolução CONSUNI n° 10/2006 – Documento Norteador

Este caderno apresenta dois documentos básicos sobre planejamento e avaliação: 1) Resolução CONSUNI n° 10/2006, que regulamenta o Programa de Gestão Estratégica (PGE) da Universidade Federal de Goiás; 2) Documento Norteador, subdividido em cinco tópicos: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); as dimensões principais a serem avaliadas; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); o Programa de Gestão Estratégica da UFG (PGE/UFG); e o planejamento estratégico das Unidades Acadêmicas, dos Campi do Interior dos núcleos avaliativos da administração da UFG.

Caderno N° 2 – Os Alunos da UFG: Resultados do ENADE 2004

Este volume apresenta os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) relativo ao ano letivo de 2004 dos seguintes cursos da UFG: Agronomia (Goiânia e Jataí), Educação Física (Goiânia, Catalão e Jataí), Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária (Goiânia e Jataí), Medicina, Nutrição e Odontologia. A participação dos estudantes integra o processo de avaliação da UFG no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Além do desempenho dos estudantes na prova do ENADE, são apresentados, também, alguns resultados do Questionário de Impressões sobre esta prova e do Questionário Socioeconômico (QSE), que fazem parte deste processo.

Caderno N° 3 – Os Alunos da UFG: Resultados do ENADE 2005

Este caderno apresenta os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) relativo ao ano letivo de 2005 dos seguintes cursos da UFG: Biologia (Goiânia e Jataí), Ciências Sociais, Ciências da Computação (Goiânia e Catalão), Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Filosofia, Física, Geografia (Goiânia, Catalão e Jataí), História (Goiânia e Catalão), Letras (Goiânia e Jataí), Matemática (Goiânia, Catalão, Jataí e Rialma), Pedagogia (Goiânia, Catalão e Jataí) e Química. Além do desempenho dos estudantes na prova do ENADE, são apresentados, também, alguns resultados do Questionário de Impressões sobre esta prova e do Questionário Socioeconômico (QSE), que fazem parte deste processo.

Caderno Nº 4 – Os Alunos de Graduação da UFG: Auto-Avaliação do Ambiente Acadêmico 2007

Este caderno contempla aspectos didático-pedagógicos e de gestão das Unidades Acadêmicas e da Universidade como um todo. Seu conteúdo traz informações acerca da opinião dos estudantes sobre o ambiente acadêmico em que realizam sua formação, possibilitando assim a melhoria das condições de ensino e dos procedimentos didático-pedagógicos. Os resultados obtidos foram conseguidos a partir da aplicação de um questionário *online* no início de 2007, em época de matrícula. Constitui um dos instrumentos de auto-avaliação da Universidade, com 44 questões extraídas e/ou modificadas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Caderno Nº 5 – As Unidades Acadêmicas da UFG: Relatório de Gestão do Instituto de Química/IQ 2002-2006

O Caderno Nº 5 é o relatório de gestão do Instituto de Química (IQ) – 2002/2006 – que expõe questões referentes ao ensino de graduação, titulação docente, pós-graduação *stricto sensu*, pesquisa, extensão e a gestão administrativa desta Unidade neste período. O IQ implantou em 2005 o Planejamento Estratégico visando implementar a política de desenvolvimento institucional que se sustenta no tripé: informação, planejamento e avaliação. Neste caderno, serão expostos os indicadores dos resultados alcançados durante o período desta avaliação, ficando à disposição da comunidade universitária mais um aspecto da UFG, que são as Unidades Acadêmicas. A intenção da Pró-Reitoria ao publicar tal relatório é de contribuir para a consolidação da prática de gestão da informação compartilhada.

Caderno Nº 6 – Auto-Avaliação Institucional da UFG: o processo e o projeto

Este caderno apresenta o processo atual de avaliação da UFG antecedido por uma breve história dos processos avaliativos implantados na instituição. Atualmente, a avaliação da Universidade está concebida dentro PGE, tendo como pressuposto o planejamento. A operacionalização do PGE, bem como a periodicidade do processo de planejamento e de auto-avaliação, são contempladas neste caderno. Esta publicação visa divulgar e motivar os atores institucionais a participarem do processo de auto-avaliação e planejamento, uma vez que acreditamos que bons modelos de avaliação e planejamento buscam ser participativos.

Caderno Nº 7 – Instrumentos de Avaliação Institucional da UFG

Este caderno explana os oito instrumentos de coleta de informações utilizados na execução do processo auto-avaliativo da UFG. É da aplicação desses instrumentos que se obtêm os subsídios para a avaliação interna e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Espera-se que a sistematização e o uso dessas informações auxiliem na melhoria da gestão, contribuindo para o fortalecimento de uma identidade institucional.

Caderno Nº 8 – Os Alunos de Pós-Graduação da UFG: Auto-Avaliação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – FE/UFG

Este caderno, organizado pela CAVI, fala sobre a iniciativa de auto-avaliação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FE). O que se objetivou foi consolidar a política e o processo de institucionalização dessa auto-avaliação, a fim de se aperfeiçoar a proposta acadêmica dos cursos (mestrado e doutorado) e da gestão do programa em questão.

5

ELABORAÇÃO DO PDI⁵

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Goiás (UFG) está em processo de elaboração, uma vez que os mecanismos associados à Lei do SINAES institucionalizaram nas universidades brasileiras o planejamento sistemático integrado à avaliação. No momento em que surgia a referida lei, o reitorado 2002-2005 entrava em sua fase final da gestão, optando, naquele período, por lançar/apoiar as bases do planejamento aliado à avaliação, para que, conseqüentemente, o reitorado 2006-2009 trabalhasse concretamente o PDI, apresentando-o à comunidade universitária para o debate e a aprovação no Conselho Universitário.

O PDI consiste em um documento que expressa o planejamento global da Universidade Federal de Goiás, envolvendo uma perspectiva futura de 5 anos – período 2008-2012. Contempla os eixos temáticos essenciais do PDI, sugeridos pelo Ministério da Educação (MEC), e o Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (SAPIENS) do MEC.

O primeiro capítulo do PDI traduz o perfil institucional da UFG. Nele constam os itens relacionados ao histórico, à inserção regional da Universidade, às áreas de atuação acadêmica, à responsabilidade social, à missão, aos princípios e finalidades, às políticas e aos objetivos e metas. A gestão institucional da Universidade é tratada no segundo capítulo, em que a Organização Administrativa, Organização e Gestão de Pessoal e Políticas de Atendimento aos Discentes são abordadas. No terceiro capítulo, a organização acadêmica é descrita, contemplando os seguintes itens: a Organização Didático-Pedagógica e a Oferta de Cursos e Programas Presenciais e à Distância. No quarto capítulo, destaca-se a infra-estrutura da UFG, com os seguintes tópicos: Infra-Estrutura Física, Infra-Estrutura Acadêmica, Adequação da Infra-Estrutura para o Atendimento à Comunidade Universitária, inclusive aos Portadores de Necessidades Especiais, e Estratégias e Meios para Comunicação Interna e Externa. O quinto capítulo trata dos aspectos financeiros e orçamentários, consistindo no Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira.

O PDI da UFG encerra-se no sexto capítulo expondo a Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, subdividindo-se em Metodologia, Dimensões e Instrumentos Utilizados no Processo de Auto-Avaliação, nas Formas de Participação da Comunidade Acadêmica, Técnica e Administrativa, e nas Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações.

A formulação do primeiro PDI da UFG representa a articulação entre os principais componentes formadores do Programa de Gestão Estratégica (PGE), nos quais citam-se a informação, a avaliação e o planejamento, que permitem contemplar, sobretudo, o desenvolvimento institucional e humano nessa universidade. O esforço conjunto do grupo da gestão que compõe o reitorado da UFG – período 2006-2009 – e da atuação efetiva do grupo que compõe, em especial, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento

5. Síntese elaborada a partir do PDI(2008-2012) da UFG.

Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH), com a colaboração da Comissão de Avaliação Institucional (CAVI), está sendo essencial e decisivo para o desenvolvimento desse trabalho.

Mais informações/detalhes acerca do exposto são encontrados na página principal da PRODIRH na Internet: <www.prodirh.ufg.br>.

6

AÇÕES ESPECIAIS DE AUTO-AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO (2006-2008): REUNI⁶

A sociedade tem exigido das universidades a expansão e diversificação das atividades vinculadas à sua esfera. No entanto, há a necessidade de se reconhecer que a dependência de financiamento é responsável pela existência de entraves para a capacidade acadêmica das instituições.

Ao se apresentar um plano de reestruturação e expansão de uma instituição pública de educação superior, mais precisamente de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), há, obrigatoriamente, que se discutir o que se espera dessa instituição, considerando sua inserção social, seu papel regional, sua história e tradições.

Ciente disso e sob muitas tensões, a UFG elaborou seu Plano de Reestruturação e Expansão (aprovado em 27 de novembro de 2007 pelo Ministério da Educação), que prevê recursos em diversas áreas nas quais a instituição desenvolve e desenvolverá ações. Estes recursos também contemplam a elevação do quantitativo de professores e técnicos administrativos em educação (TAE). Planeja-se a contratação de 482 professores e 300 TAE (sendo 180 de nível médio e 120 de nível superior), os quais possibilitarão a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação da UFG.

Ao tratar dos recursos de investimentos associados ao Plano, permitir-se-á o redimensionamento das instalações físicas dessa universidade, promovendo ampliação, adequações e readequações dos ambientes de ensino e pesquisa das Unidades Acadêmicas e dos *campi* de Catalão, Jataí e Cidade de Goiás, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Investimentos na infra-estrutura dos *campi* até 2012

Investimento	Local	Área m ²	Valor Estimado R\$
Construção de Unidades Acadêmicas	Câmpus Colemar Natal e Silva	10.000	10.000.000,00
Construção de Unidades Acadêmicas	Câmpus Samambaia	16.313	16.313.200,82
Construção de Unidades Acadêmicas	Câmpus Cidade de Goiás	3.000	3.000.000,00
Construção de blocos de Salas de Aulas	Câmpus Colemar Natal e Silva	9.000	8.000.000,00
Construção de blocos de Salas de Aulas	Câmpus Samambaia	8.000	7.000.000,00
Construção do Anexo da Reitoria	Câmpus Samambaia	2.000	2.000.000,00
Construção de Moradia Estudantil	Câmpus Samambaia	2.000	2.000.000,00
Construção de blocos de Salas de Aulas	Câmpus Catalão	2.000	2.000.000,00
Construção de blocos de Salas de Aulas	Câmpus Jataí	2.000	2.000.000,00
Infra-estrutura física (redes elétrica, de informática e de saneamento)	UFG	-	6.000.000,00
Equip. para as Unidades Acadêmicas	UFG	-	24.783.724,00
		TOTAL	83.096.924,82

6 Síntese elaborada a partir do Documento REUNI: Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás |2008|12

Em 2007, a Universidade contabilizou 14.284 alunos matriculados nos diversos cursos de graduação, 1.994 nos cursos de especialização, 1.350 nos cursos de mestrado, 428 nos cursos de doutorado e 695 no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Planeja-se, a partir do programa de expansão, a criação de 2.567 novas vagas, dentre as quais, aproximadamente, a metade (48%) será no período noturno. A projeção de matrículas é dada pela Tabela 2.

Tabela 2 - Projeção de matrículas na UFG: 2007-2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Matrículas Projetadas	18.431	20.279	28.125	29.916	29.960	31.987
No. de Docentes Ajustado*	1.309	1.398	1.541	1.667	1.793	1.852

*Estão excluídos os 116 professores-equivalentes do Centro de Estudos e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) por desenvolverem atividades de pesquisa, pós-graduação *lato sensu*, ensino básico e não atuarem em cursos de graduação presenciais.

Dentre as ações afirmativas do Plano de Reestruturação e Expansão que visam à expansão do número de vagas em nível de graduação, além da abertura de novos cursos (Tabela 3), pode-se destacar a elevação do número de vagas em cursos já existentes: 182 em 2008-2009 e 213 em 2012, e a criação de novas turmas em cursos já existentes, conforme a Tabela 4.

Tabela 3: Quantitativo de novos cursos e vagas no Vestibular até 2012

Novos Cursos na UFG no Vestibular	Câmpus e Unidades	Total de Novas Vagas	
		2009 a 2011	2012
CÂMPUS CATALÃO			
Matemática Aplicada	Catalão	50 Matutino	
Ciências Biológicas(Bach)	Catalão	20 Integral	30 Integral
Ciências Sociais	Catalão	50 Matutino	
TOTAL		120	10
CÂMPUS GOIÂNIA			
Engenharia Ambiental	EEC	45 Noturno	5 Noturno
Estatística	IME	50 Noturno	
Zootecnia	EV	40 Integral	10 Integral
Museologia	FCHF	50 Noturno	
Ciências da Cultura	FCHF	60 Matutino	
Gestão da Informação	INF; FACOMB	40 Noturno	10 Noturno
Música (Percussão, Guitarra Elétrica, Saxofone e Clarinete)	EMAC	20 Noturno	10 Noturno
Tecnologia em Produção Cênica	EMAC	25 Noturno	5 Noturno
Graduação em Educação Física	FEF	40 Noturno	5 Noturno
Licenciatura em Dança	FEF	40 Matutino	10 Matutino
Ciências Geoambientais	IESA	50 Noturno	
Engenharia Florestal	EA	40 Integral	10 Integral
Química Industrial	IQ	30 Integral	10 Integral
Sistemas de Informação	INF	80 Noturno	
Letras-Libras	FL	40 Noturno	5 Noturno
Arquitetura e Urbanismo	FAV	35 Integral	
Engenharia Mecânica	EEEC;EEC	40 Noturno	10 Noturno

(continua)

Novos Cursos na UFG no Vestibular	Câmpus e Unidades	Total de Novas Vagas	
		2009 a 2011	2012
Gestão Ambiental	ICB	40 Integral	5 Integral
Tecnologia da Informação	INF;EEEC	60 Noturno	
Graduação em Humanidades	FAV; FL; FCHF;FEF	60 Noturno	
Serviço Social	FD	60 Noturno	
Biomedicina (Novas Habilitações)	ICB e IPTSP	60 Integral	
TOTAL		995	65
CÂMPUS JATAÍ			
Direito	Jataí	60 Noturno	
Engenharia Florestal	Jataí	50 Integral	
Fisioterapia	Jataí	40 Integral	10 Integral
Artes Visuais (Lic.)	Jataí	40 Integral	10 Integral
TOTAL		190	10

Tabela 4: Novas turmas e vagas em cursos existentes na UFG até 2012

Novas Turmas dos Cursos Existentes na UFG	Câmpus e Unidades	Total de Novas Vagas no Vestibular até 2012	Período
Administração	EA	60	Noturno
Biblioteconomia	FACOMB	20	Matutino
Ciências Biológicas (Bach.)	ICB	10	Integral
Ciências Biológicas (Lic.)	ICB	10	Integral
Ciências Contábeis (Bach.)	EA	40	Noturno
Ciências da Computação	INF	40	Integral
Ciências Econômicas	EA	40	Vespertino
Ciências Sociais	FCHF	55	Noturno
Comunicação Social (Public. e Prop.)	FACOMB	15	Matutino
Comunicação Social (Rel. Públicas)	FACOMB	15	Matutino
Educação Musical (Ens. Musical Esc.)	EMAC	30	Noturno
Engenharia de Alimentos	EA	20	Integral
Engenharia de Computação	EEEC	40	Vespertino
Farmácia - integral	FF	20	Integral
Filosofia (Lic.)	FCHF	50	Noturno
Física (Lic.)	IF	40	Vespertino
Nutrição	FANUT	32	Integral
Química (Lic.)	IQ	30	Noturno
Direito	Goiás	60	Matutino
Educação Física	Jataí	40	Noturno
TOTAL UFG		667	

Outra vertente é a criação de cursos de graduação que envolvam diversas Unidades Acadêmicas não só na sua execução, mas, sobretudo, na sua elaboração, implementação e gerência, garantindo uma formação de nível superior mais abrangente e interdisciplinar. Ressalta-se que, em 2002, a UFG realizou uma reestruturação curricular, que se encontra em vias de implantação e adaptação, e na qual uma das preocupações foi a interdisciplinaridade na formação de seus alunos que se expressa através

da criação, em todas as grades curriculares, do chamado Núcleo Livre e de Atividades Complementares.

Essa forma de estruturação curricular visa superar a formação profissional puramente especializada, o que não impede que o estudante continue na própria UFG, ou em outra instituição, uma formação mais afinada em determinada profissão já estabelecida. Essa estruturação de novos cursos surgiu em meio à intensa discussão promovida na UFG sobre o projeto Universidade Nova e os Bacharelados em Grandes Áreas do Conhecimento. Propõe-se a criação dos seguintes cursos interdisciplinares em 2009: Gestão da Informação (40 vagas) e Ciências da Cultura (60 vagas). E, em 2010: Tecnologia da Informação (60 vagas) e Graduação em Humanidades (60 vagas).

A implementação do Projeto de Expansão e Reestruturação da UFG obrigará a criação de novas Unidades Acadêmicas nas áreas das ciências administrativas, contábeis e econômicas, de engenharia mecânica, história, filosofia e ciências sociais.

Como metas específicas, paralelas, propõe-se ampliar a Relação Aluno por Professor (RAP), preconizada pelo Decreto nº 6.096 – utilizando-se a metodologia de cálculo estabelecida nas Orientações Gerais do REUNI – e, paralelamente, elevar o percentual de matrículas noturnas na UFG.

A UFG implementará ações visando à elevação gradual da Taxa de Conclusão na Graduação (TCG), dos atuais 65% para 90%. Coerentemente com esta meta, observa-se que, com a estabilização dos ingressantes nos cursos da UFG, os valores do simulador mostram que, em 2017, a TCG da instituição atingirá o valor de 88%.

Como estratégia para elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação pode-se apontar a realização de acompanhamento dos alunos do primeiro ano, por meio de tutores/monitores escolhidos dentre estudantes de mestrado ou doutorado, considerando-se que a evasão se dá mais intensivamente no primeiro ano dos cursos. Outra estratégia é a intensificação do processo de recepção, acolhimento e orientação inicial oferecida aos estudantes, que contribui na diminuição da evasão inicial e no auxílio às dificuldades enfrentadas pelos estudantes na adaptação à universidade.

A criação de novos cursos, voltados para as demandas da sociedade, desafia os docentes do quadro e os recém-contratados a buscar alternativas didático-pedagógicas que os subsidiem para lidar com o perfil dos jovens. Estes, vindos de um ambiente repleto de informações e tecnologias da chamada “sociedade do conhecimento”, irão requerer mais do que a simples transmissão mecânica de conteúdos. Isto posto, entende-se necessário capacitar continuamente o número de professores da UFG visando à atualização no campo das novas tecnologias e de metodologias, para fazer frente às demandas de sua prática docente no decorrer do processo de expansão.

No atual contexto mundial e brasileiro, a pesquisa acadêmica tem indicado a relevância de investimentos na formação continuada de profissionais de todas as áreas, entre eles o professor, para atender às necessidades da sociedade contemporânea. No contexto da iniciação científica, a meta é aumentar em 60% o número de alunos envolvidos com um incremento proporcional no número de bolsas alocadas pela UFG.

Os programas de pós-graduação, em seu conjunto, contam com 533 bolsas de mestrado ou doutorado, sendo 260 da CAPES, 216 do CNPq e 36 da própria UFG. Mais especificamente, no contexto da pós-graduação *stricto sensu*, projeta-se o aumento de 50% nos cursos de mestrado e doutorado até 2012. Isso proporcionará incremento nas atividades de pesquisa e de interação com a sociedade. Embora os cursos de mestrado

tenham iniciado na UFG em 1972, mais de 70% dos cursos atuais tiveram seu início a partir de 1998. O ano de 1993 marcou o início do primeiro curso de doutorado na UFG.

A universidade é uma instituição plenamente inserida no contexto social, político e econômico do país. Democratizar gradativamente o acesso à Universidade Federal de Goiás, por meio de uma política de ações afirmativas que contemple o acesso e a permanência dos jovens nos cursos de graduação, são preocupações permanentes.

A UFG já desenvolve ações significativas para a inclusão de segmentos sociais específicos; dentre elas, o curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena e o curso de graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares.

A Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PROCOM), órgão responsável pela gestão da política social na UFG, por meio de diversos programas e serviços, busca garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes de graduação, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria da qualidade de vida e otimização do desempenho acadêmico.

Dentre as ações que visam ao maior grau de permanência do estudante na universidade, além de uma maior interação entre a pós-graduação e a graduação, citam-se a implementação de: Bolsa de Assistência Estudantil, Bolsa Alimentação, Bolsa Mobilidade, Bolsa Mestrado, Bolsa Doutorado, Bolsa Pós-Doutorado e Bolsa Professor Visitante. Esses programas, dentre outras ações, serão fundamentais para que a UFG possa elevar a sua Taxa de Conclusão na Graduação (TCG). Isto posto, agregam-se as ações já executadas no âmbito da assistência estudantil desenvolvidas na UFG em 2007, tais como o Programa de Bolsa Alimentação, Programa Bolsa Permanência e o Programa de Moradia Estudantil (como meta deste último, planeja-se o acréscimo de 100 vagas em 2008 e de outras 100 vagas em 2009).

No que tange à extensão, a UFG vem apoiando iniciativas governamentais, não-governamentais ou mesmo particulares que tenham como princípio a busca de alternativas que visem à melhoria da condição de vida de todos, reconhecendo a diferença entre ações paliativas – que se destinam a atender situações críticas e emergenciais – e ações voltadas à solução definitiva dos problemas.

Os instrumentos legais que normatizam a extensão na UFG evidenciam o compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades de interação da Universidade com a Sociedade. Estão regulamentadas ações nas categorias: cursos, eventos, prestação de serviços e projetos, além de programas que englobem diversas ações.

O incentivo à sistematização de ações de extensão em programas faz parte da política de extensão da UFG, cujo objetivo é induzir práticas interdisciplinares que envolvam diversas Unidades Acadêmicas e parcerias entre instituições.

A partir dessas referências, a extensão é desenvolvida no sentido de organizar, apoiar e acompanhar ações voltadas à educação dos cidadãos nas áreas de educação pública, educação especial, cultura, lazer e recreação, saúde e meio ambiente. A isso a UFG destina o equivalente a 2% de seu orçamento, além de convênios externos estabelecidos pela participação em editais públicos. Como meta de expansão, propõe-se a elevar as ações de extensão até 2012 na ordem de 50%, como, por exemplo, reformar o Espaço Cultural da UFG por meio da criação do Teatro e da Galeria de Artes.

Em vias de conclusão, explana-se que o valor total do Plano da UFG é de R\$ 216.585.646,82, considerando todos os recursos aplicados no período 2008-2012. Ressalta-se que os recursos para pessoal e manutenção alocados para o ano de 2012 farão parte, permanentemente, do orçamento da UFG. A Tabela 5 apresenta, em resumo, esses componentes de investimento presentes no Plano da UFG.

Tabela 5 - Síntese do orçamento REUNI

Orçamento	2008 (R\$)	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011 (R\$)	2012 (R\$)
Professores	1.664.700	8.545.458	15.925.627	23.305.796	26.746.175
CDs e FGs	---	375.089	750.178	1.125.268	1.500.357
TAE Superior	151.859	816.240	1.480.621	1.955.179	2.277.878
TAE Médio	127.245	763.470	1.399.695	2.194.976	2.863.012
Bolsa de Assistência Estudantil	600.000	1.050.000	1.500.000	1.950.000	3.000.000
Bolsa de Mestrado	---	564.000	846.000	1.128.000	2.256.000
Bolsa de Doutorado	---	167.280	334.560	501.840	1.003.680
Bolsa de Pós-Doutorado	---	79.200	158.400	237.600	554.400
Bolsa Professor Visitante	---	198.000	396.000	594.000	1.069.200
Unidade Básica de Custeio	1.720.197	2.040.263	2.714.910	4.256.342	10.600.297
Edificações	7.000.000	20.313.201	12.000.000	13.000.000	---
Infra-Estrutura	370.234	2.095.213	2.471.824	1.062.729	---
Equipamentos	2.000.000	6.000.000	8.000.000	8.783.453	---

Para o acompanhamento da implantação do Plano de Reestruturação e Expansão da UFG, serão utilizados vários indicadores qualitativos e quantitativos. Dentre eles, destaca-se o acompanhamento anual sistemático das taxas de conclusão nos vários cursos da UFG; o acompanhamento sistemático dos conceitos das avaliações externas dos cursos da UFG (ENADE, CAPES, etc.); o acompanhamento da evolução dos programas de assistência estudantil e sua repercussão na permanência dos estudantes na UFG e no aumento da taxa de conclusão; e o acompanhamento do processo de implantação dos cursos interdisciplinares.

Ao final do Programa de Reestruturação e Expansão, a UFG terá editado seu perfil, tanto no que se refere à dimensão de seu quadro de professores, técnicos administrativos e estudantes, como naquilo que se refere à oferta de cursos e à sua participação na produção científica brasileira. A UFG ampliará a sua capacidade de atuar na sociedade com o objetivo de colaborar na solução de problemas demandados pelos diversos segmentos que a compõem e de participar da discussão das políticas públicas em diferentes esferas governamentais, consolidando-se, cada vez mais, como uma instituição que contribui efetivamente para o desenvolvimento.

Informações e detalhes adicionais podem ser encontrados na publicação *REUNI Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás | 2008-12*, disponível na página principal da PRODIRH na Internet: <www.prodirh.ufg.br>.

7

Relatório Anual de Gestão 2007⁷

Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma autarquia educacional de regime especial, criada pela Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, e reestruturada pelo Decreto nº 63.817, de 16 de dezembro de 1968. Ao longo dos anos, a Instituição buscou aprimorar os seus mecanismos de avaliação até a chegada da Comissão de Avaliação Interna, que elaborou o Relatório de Gestão – no caso, o referente a 2007.

Acima de tudo, esse relatório demonstra o compromisso da Administração Superior da UFG com o crescimento e aprimoramento acadêmico a partir da correta aplicação dos recursos alocados na instituição, contando com o apoio e envolvimento de toda a comunidade universitária.

Ademais, o relatório aborda o fundamental e estratégico papel social e econômico desempenhado pela UFG no contexto regional e nacional e apresenta os resultados da aplicação dos recursos alocados na instituição. Esse trabalho teve como princípios norteadores a economicidade, a moralidade, a eficácia, a eficiência, a publicidade, a legalidade e a impessoalidade.

A universidade é uma das mais complexas instituições estabelecidas pela sociedade, por entrelaçar três grandes vertentes relacionadas ao conhecimento humano: ensinar, desenvolver projetos que objetivem ampliar esses conhecimentos e desenvolver ações com o seu exterior que signifiquem troca de informações que devem se dirigir à pesquisa e ao ensino.

As atividades destacadas neste Relatório e conduzidas pelas diversas Pró-Reitorias da UFG (de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão e Cultura, de Administração e Finanças, de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos e de Assuntos da Comunidade Universitária), pelas Unidades Acadêmicas, *Campi* do Interior e demais órgãos administrativos, demonstram todo o vigor da UFG e o comprometimento da Administração Superior e de toda a comunidade universitária com o crescimento da instituição tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo.

A atuação da UFG assenta-se sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão. O ensino de graduação e pós-graduação mobiliza a maior parte dos recursos humanos e materiais da instituição, em função do desempenho de seu fundamental papel – o de formadora de quadros profissionais altamente qualificados.

A UFG é uma das universidades federais brasileiras participantes do Programa de Expansão das Universidades Federais, iniciado em 2005, com a inclusão dos projetos de expansão nos *campi* de Catalão e Jataí, por meio do Convênio 261/2005 (MEC-SESU/UFG).

Um programa governamental do qual a UFG já participa é a oferta de cursos na modalidade à distância. Esta modalidade de ensino ganhou forte impulso no Brasil nos últimos anos, dando oportunidade de acesso ao ensino superior, sobretudo a uma par-

7. Síntese elaborada a partir do documento: Relatório Anual de Gestão 2007.

cela da população que reside em localidades onde não existem instituições públicas. A expansão dos cursos no interior do Estado ocorreu também na modalidade à distância.

Foram implantados, ainda em 2006, dois cursos de graduação, criando-se 900 novas vagas. O primeiro foi o curso de Ciências Biológicas, no âmbito do Consórcio Setentrional, que envolve as seguintes universidades: UFG, UNB, UEG, UFGA, UEMS, UESC, UFTO, UFAM, UFMS. O segundo foi o curso de Administração, como projeto-piloto para a implantação do programa do Ministério da Educação denominado Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2007, a UFG foi contemplada no Edital da UAB/MEC com recursos para implantação de mais cinco cursos de graduação (Artes Visuais, Artes Cênicas, Ciências Biológicas, Física e Administração) e dois cursos de pós-graduação *lato sensu*. Estes cursos são ministrados em parceria com 20 municípios do Estado de Goiás, responsáveis pela estruturação de pólos de apoio presencial.

No decorrer de 2007, desenvolveram-se várias ações internas, em continuidade àquelas desenvolvidas em 2006, no sentido de otimizar a aplicação dos recursos orçamentários, com a preocupação constante de preservação da qualidade das atividades desenvolvidas. Além disso, estabeleceram-se metas para o ano de 2007, dentre as quais:

- a) ampliar a oferta de cursos e vagas no ensino de graduação;
- b) ampliar a oferta de cursos e vagas no ensino de pós-graduação;
- c) dotar a Universidade de uma melhor infra-estrutura material e de recursos humanos na área de informática;
- d) ampliar o programa de manutenção e reformas das instalações físicas da Universidade;
- e) construir instalações físicas para abrigar novas turmas e novos laboratórios;
- f) incentivar e fornecer o suporte material para a publicação de periódicos da instituição;
- g) ampliar as políticas de assistência estudantil;
- h) ampliar a oferta de cursos de capacitação para os servidores técnico-administrativos
- i) incentivar e apoiar a promoção de eventos de natureza científica e cultural na UFG;
- j) incentivar e apoiar a participação de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos em eventos de natureza científica e cultural em outras instituições no Brasil e no exterior;
- k) atuar junto à bancada de parlamentares de Goiás visando à aprovação de emendas ao orçamento anual da UFG;
- l) dar continuidade às obras de expansão nos *campi* de Catalão e Jataí;
- m) construir o Centro de Eventos da UFG;
- n) criar na UFG um setor responsável pelas ações relacionadas ao Ensino à Distância;
- o) incrementar as ações de cooperação internacional;
- p) ampliar as ações de extensão e de interação com a sociedade;
- q) adquirir equipamentos de telefonia para a instalação de um PABX físico, visando à redução das despesas com telefonia;
- r) reduzir as demais despesas (energia, vigilância, limpeza, etc.) de manutenção da UFG;

- s) manter o Hospital das Clínicas como hospital-escola e de atendimento à população por meio do SUS, dentre outros.

Para atingir esses e demais objetivos traçados no início de 2007, a UFG adotou uma série de medidas de caráter administrativo e acadêmico, dentre elas a operacionalização dos seguintes programas: Previdência de Inativos e Pensionistas da Universidade, Apoio Administrativo, Universidade do Século XXI, Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa, Desenvolvimento do Ensino Médio.

O programa Previdência de Inativos e Pensionistas da Universidade paga as aposentadorias, as pensões e as sentenças judiciais associadas ao pessoal docente e técnico-administrativo que não se encontra mais em atividade na UFG.

O programa Apoio Administrativo tem um importante papel no contexto dos trabalhadores da Universidade ao proporcionar assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar aos dependentes, auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

O programa Universidade do Século XXI é o maior programa institucional, uma vez que, por meio dele, são efetuados os pagamentos de uma série de atividades e despesas de toda a Instituição e que dão suporte tanto ao ensino, quanto à pesquisa e à pós-graduação: pagamento dos professores e técnicos administrativos em atividade; pagamento de professores substitutos; diárias e sentenças judiciais dos servidores ativos; aquisição de material de consumo em geral; pagamento de passagens e despesas de locomoção; pagamento de água, luz, vigilância, limpeza, telefone, etc.; auxílio financeiro para os estudantes desenvolverem atividades de extensão; aquisição de material de consumo para utilização hospitalar; material de consumo para atender à educação a distância; realização de obras e aquisição de equipamentos; expansão dos *campi* de Catalão e Jataí no interior do Estado de Goiás; e a contribuição para o custeio do regime de previdência dos professores e técnicos administrativos.

O programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa propicia a implementação de programas de bolsas aos estudantes, aquisição de material de consumo para as Unidades Acadêmicas e *Campi* do Interior da UFG, além de apoio institucional para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas.

O programa Desenvolvimento do Ensino Médio financia ações relacionadas às atividades do Centro de Ensino e Pesquisas Aplicadas à Educação (CEPAE), que oferece o ensino médio no âmbito da Universidade, pagando diárias, material de consumo, passagens, serviços de terceiros e adquirindo equipamentos e material permanente.

Ainda em 2007, foi dada atenção especial ao setor de compras da Universidade, visando incrementar a utilização nos processos licitatórios da modalidade de pregão eletrônico.

Novos serviços de rede também foram implantados, como o acesso (fora da rede da UFG) aos periódicos da CAPES, a telefonia sobre IP (Voip), a implementação de sítios para Unidades Acadêmicas e órgãos administrativos, novas listas de discussão (*Software Livre*, UFG Pesquisa e UFG Notícias) e a criação de uma política de segurança na área de informática (tanto física como de *software*). Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de informática dentro da UFG, o DDRH e o CERCOMP têm promovido, periodicamente, cursos de capacitação e treinamento para servidores.

A capacitação dos recursos humanos da área técnica-administrativa, a melhoria das condições de trabalho e a integração em todos os aspectos são quesitos fundamentais buscados no dia-a-dia da instituição. O Departamento de Desenvolvimento de

Recursos Humanos (DDRH) ofereceu, em 2006 e 2007, mais de 2 mil horas de cursos, treinamentos, encontros e seminários, com a participação de 1.795 servidores.

Além disso, a assistência estudantil sempre se constituiu num desafio para a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PROCOM) no que se refere à concretização do seu princípio de universalidade, de modo a contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade pública, gratuita e democrática, como condição para uma formação acadêmica de qualidade.

No tocante à assistência hospitalar e ambulatorial à população, a UFG desempenha um importante papel por meio de seu Hospital das Clínicas (HC). Em 2007, o HC realizou aproximadamente 300 mil consultas, 800 mil exames, 8 mil cirurgias e outros procedimentos médicos e hospitalares, números que por si só demonstram a importância de sua atuação no contexto do Estado de Goiás.

Alguns programas de extensão e cultura possuem parcerias com outras instituições governamentais e não-governamentais em que se viabiliza a realização de algumas ações de extensão que são financiadas com recursos aportados pelos parceiros. O Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Agricultura Familiar é um exemplo de parceria que envolve cerca de 20 entidades que contribuem com recursos logísticos e humanos. Cerca de 4,5 mil agricultores familiares provenientes de quase 100 municípios do Estado de Goiás foram trazidos pelos parceiros até a Universidade para oficinas, mini-cursos, exames preventivos contra câncer de mama, aquisição de equipamentos e comercialização de seus produtos. Outro avanço obtido pela UFG foi a elevação de 30% no número de bolsas de extensão.

O PGE, aprovado pelo Conselho Universitário da UFG e implantado pela PRODIRH, permite fornecer elementos essenciais para a elaboração do PDI, a concretização da auto-avaliação institucional e a sistematização das informações.

Ao articular planejamento, avaliação e informação, o PGE possibilita atender às exigências do SINAES e dos órgãos federais de acompanhamento e de regulamentação, como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da vida institucional da UFG, foram lançados os *Cadernos do Programa de Gestão Estratégica* (PGE), que se constituem em espaços públicos para socialização, debate e reflexão das questões que envolvem o processo de planejamento, avaliação e informação da instituição.

Em 2007, a UFG aderiu ao REUNI, lançado pelo Governo Federal no mesmo ano. Essa proposta visa elevar, gradativamente, a oferta de vagas nas universidades. No caso do vestibular, a UFG passará de 3.813 vagas oferecidas em 2007 para 6.695 em 2012, correspondendo ao aumento no número de cursos oferecidos, que passarão de 77 para 122 no âmbito da graduação, no mesmo período.

Suplementações efetuadas ao longo de 2007, incluindo os recursos de emendas parlamentares, possibilitaram à UFG a execução orçamentária de R\$ 393.207.072,92 em 2007. Com este aporte financeiro e dada a abrangência da UFG – e de todas as IFES, cada qual em seu espaço –, a função estratégica e fundamental da universidade se torna mais relevante no contexto da sociedade brasileira.

Informações e detalhes adicionais podem ser encontrados no Relatório Anual de Gestão 2007, disponível na página principal da PRODIRH na Internet: <www.prodirh.ufg.br>.

Apêndice 1 Quadro de sistematização das informações do questionário de auto-avaliação 2006/2007 da Unidade Acadêmica

Dimensão 1	
A missão e o plano de desenvolvimento institucional	
Explicitação e cumprimento de objetivos e finalidades (1, 2)	
Projeto pedagógico e articulação/utilização com PDI (3, 4, 5)	
Dimensão 2	
A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	
Concepção e organização didático-pedagógica x fins da instituição (PPI e PPC) x demandas sociais/necessidades individuais/novas tecnologias (1, 2, 3, 4)	
Relevância social e científica da pesquisa produzida e sua contribuição para o desenvolvimento local/regional (5, 6)	
Política para formação de pesquisadores, inter-relação do ensino com a pesquisa e políticas de auxílio e divulgação (7 a 15)	
Políticas e desenvolvimento das atividades de extensão x atendimento às demandas sociais (16, 20)	
Integração da graduação com a pós-graduação (22, 23, 24)	
Conceito CAPES x realidade do curso (24)	
Política de acompanhamento de egressos (29) – enviar para dimensão 9: itens 3, 8, 9, 10	
Existência de convênios (26)	
Indicadores de atividades científicas e de publicações utilizadas na pós-graduação (27, 28)	
Dimensão 3	
A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	
Avaliação das ações e relações com setores externos (1, 2)	
Ações e atividades desenvolvidas (3 a 7)	
Dimensão 4	
A comunicação com a sociedade	
Estratégias e recursos de comunicação (1, 2)	
Avaliação da comunicação (3,4)	

Dimensão 5	
As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	
Relações inter-pessoais e nível de satisfação (1)	
Qualificação e envolvimento de técnicos em pesquisa e extensão, melhoria de sua qualidade de vida (2, 4)	
Suficiência quantitativa de pessoal (3)	
Dimensão 6	
Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	
Procedimentos para tomada de decisão (1)	
Adequação da centralização da Unidade à gestão da instituição (2)	
Sistemas de arquivo e registro (3)	
Dimensão 7	
Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	
Adequação da infra-estrutura da Unidade (1 a 7)	
Adequação de biblioteca e salas de leitura (8 a 11)	
Adequação a alunos com necessidades especiais (12)	
Dimensão 8	
Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	
Adequação e efetividade do planejamento e avaliação (1)	
Efeitos da auto-avaliação (2, 3, 4)	
Dimensão 9	
Políticas de atendimento a estudantes e egressos	
Políticas de participação dos estudantes em atividades (1, 4, 5, 6, 7)	
Controle de dados acadêmicos (2)	
Egressos e formação continuada (3, 8, 9, 10)	
Dimensão 10	
Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	
Sustentabilidade financeira (1)	
Política de espaço físico (2)	
Dimensão 11	
Outros itens	

Apêndice 2 Resolução CONSUNI 10/2006



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 10/2006

Regulamenta o Programa de Gestão
Estratégica (PGE) da UFG.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, reunido em sessão plenária realizada no dia 28 de julho de 2006, tendo em vista o constante no Processo nº 23070.008811/2006-24 e considerando:

- a) o que estabelece o TÍTULO X do Regimento Geral da UFG, em seus artigos 140 a 146, ao tratar da gestão universitária; e
- b) a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES,

RESOLVE:

CAPÍTULO I Da Definição e Dos Objetivos

Art. 1º O Programa de Gestão Estratégica – PGE - da Universidade Federal de Goiás articula planejamento, avaliação e informação institucional e possui os seguintes objetivos:

- I - consolidar uma prática de gestão estratégica que potencialize o desenvolvimento institucional, tanto estrutural como humano;
- II - consolidar em todas as instâncias e níveis de funcionamento da UFG, Administração Central, Unidades Acadêmicas, Órgãos Suplementares e Campus do Interior, uma cultura de organização e sistematização dos processos de planejamento e avaliação;
- III - constituir um sistema de informação abrangente e atualizado, formando uma base de dados em permanente atualização, no qual os dirigentes, a comunidade acadêmica e sociedade obtenham dados e informações.

Parágrafo único. O processo de execução do PGE/UFG fornece elementos essenciais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a concretização da Auto-avaliação Institucional e para a sistematização das informações que subsidiem a tomada de decisões dos dirigentes da Universidade em todas as instâncias e níveis da administração.

CAPÍTULO II Dos Locais Executores do PGE

Art. 2º A Administração Central da UFG, as Unidades Acadêmicas, os Órgãos Suplementares e os Campus do Interior constituem locais em que se efetivará o processo de planejamento e avaliação.

§ 1º A Administração Central e Órgãos Suplementares se estruturarão em Núcleos de Gestão para a execução do processo de planejamento e avaliação.

§ 2º A relação de Núcleos de Gestão será estabelecida em Portaria do Reitor.

Art. 3º A Equipe Executora do PGE será constituída pelos membros da Comissão de Avaliação Institucional (CAVI) e por técnico-administrativos da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH).

CAPÍTULO III Do Planejamento Estratégico

Art. 4º O planejamento estratégico das Unidades Acadêmicas, dos Campus do Interior e dos Núcleos de Gestão estrutura-se nos seguintes itens: Missão; Visão; Valores; Cenários/Variáveis de Impacto; Análise do Ambiente Interno (Forças e Debilidades); Análise do Ambiente Externo (Oportunidades e Ameaças); Problemas Estratégicos; Causas; Indicadores; Soluções Estratégicas; Metas e Responsabilidades.

§ 1º Missão é a razão de ser da Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

§ 2º Visão refere-se a uma situação ideal a ser alcançada pela Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

§ 3º Valores referem-se a princípios morais, éticos e competências técnicas compartilhadas por aqueles que trabalham e estudam na Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

§ 4º Cenários/Variáveis de Impacto são as macrotendências que justificam uma mudança estratégica de desenvolvimento da Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

§ 5º Análise do Ambiente Interno: Forças – pontos fortes da Unidade/Campus do Interior/Núcleo, nos quais o local pode apoiar-se para cumprir sua Missão; Debilidades - pontos fracos da Unidade/Campus do Interior/Núcleo que, caso não sejam superados, impedirão o cumprimento da Missão.

§ 6º Análise do Ambiente Externo: Oportunidades – fatores externos à Unidade/Campus do Interior/Núcleo que podem ser aproveitadas no cumprimento da Missão; Ameaças – fatores externos à Unidade/Campus do Interior/Núcleo ou à UFG, independentes de seu controle, que dificultam ou impedem o cumprimento da Missão.

§ 7º Problemas Estratégicos são aqueles que se não forem superados impedem um salto qualitativo da Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

§ 8º Causas são os fatores desencadeadores/provocadores dos problemas estratégicos elencados anteriormente.

§ 9º Indicadores são fatores e condições que indicam claramente a existência dos problemas estratégicos.

§ 10. Soluções Estratégicas são programas, projetos ou linhas de ação que podem resolver os problemas estratégicos detectados.

§ 11. Metas e Responsabilidades são ações a serem desenvolvidas, designando os responsáveis pela execução das atividades e estabelecendo prazos para realizá-las.

§ 12. A Unidade/Campus do Interior/Núcleo estabelecerá uma rotina para o acompanhamento da execução das ações planejadas, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas.

§ 13. A Unidade/Campus do Interior/Núcleo que achar necessário solicitará a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar no processo de planejamento.

Art 5º No processo de planejamento estratégico cada Unidade/Campus do Interior/Núcleo elaborará um Plano de Capacitação de seus docentes e técnico-administrativos.

CAPÍTULO IV

Da Auto-avaliação das Unidades Acadêmicas

Art. 6º O processo da auto-avaliação das Unidades Acadêmicas envolverá professores, técnico-administrativos, estudantes e será coordenado por seus dirigentes: Diretor, Coordenadores dos Cursos de Graduação, Coordenadores de Pesquisa e Pós-graduação, Coordenadores das Comissões de Interação com a Sociedade e Coordenadores Administrativos.

Parágrafo único. Os dirigentes nominados no *caput* deste artigo constituirão o Comitê coordenador da auto-avaliação na Unidade Acadêmica.

Art. 7º As Unidades Acadêmicas responderão a um questionário único para toda a Universidade, além de realizar Grupos Focais em que se avaliarão, a partir de um roteiro preestabelecido, as atividades desenvolvidas pelas Unidades.

§ 1º O questionário a ser respondido pela Unidade Acadêmica conterá espaço para o acréscimo de outras questões que a Unidade julgar pertinente.

§ 2º O Comitê coordenador da auto-avaliação da Unidade Acadêmica definirá a metodologia a ser implementada para responder o questionário e para escolher quais pessoas participarão dos grupos focais.

§ 3º Cada categoria que integra a Unidade Acadêmica, docentes, técnicos administrativos e estudantes, fará um grupo focal com roteiro semi-estruturado específico.

§ 4º O Grupo Focal terá como mediador um docente ou técnico-administrativo, obrigatoriamente não dirigente, que elaborará um relatório, a partir das discussões gravadas, para o Diretor, que o considerará no processo de planejamento da Unidade e na elaboração das respostas ao questionário.

§ 5º O Comitê coordenador da auto-avaliação escolherá de modo aleatório os participantes do grupo focal, para cada categoria, com o número mínimo de sete (7) e máximo de quatorze (14) participantes.

§ 6º As respostas ao questionário e os relatórios dos grupos focais serão divulgados, debatidos, e aprovados pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica.

§ 7º A Unidade Acadêmica que achar necessário solicitará a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar no processo de auto-avaliação.

CAPÍTULO V

Da Auto-avaliação dos Campus do Interior

Art. 8º O processo da auto-avaliação dos Campus do Interior envolverá docentes, técnico-administrativos e estudantes e será coordenado por seu Diretor, Coordenadores de cursos de graduação e, quando houver, Coordenadores de cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Parágrafo único. O Diretor, os Coordenadores de cursos de graduação e os Coordenadores de cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* constituirão o Comitê coordenador da auto-avaliação nos Campi do Interior.

Art. 9º Os Campi do Interior responderão ao mesmo questionário utilizado pelas Unidades Acadêmicas, além de realizar Grupos Focais em que se avaliarão, a partir de um roteiro pré-estabelecido, as atividades desenvolvidas pelos Campi do Interior.

§ 1º O questionário a ser respondido pelo Campus do Interior conterà espaço para o acréscimo de outras questões que o Campus julgar pertinente.

§ 2º O Comitê coordenador da auto-avaliação nos Campi do Interior definirá a metodologia a ser implementada para responder o questionário e para escolher quais pessoas participarão dos Grupos Focais.

§ 3º Cada categoria que integra o Campus do Interior, docentes, técnicos administrativos e estudantes, fará um Grupo Focal com roteiro semi-estruturado específico.

§ 4º O Grupo Focal terá como mediador um docente ou técnico-administrativo, obrigatoriamente não dirigente, que elaborará um relatório, a partir das discussões gravadas, para o Diretor, que o considerará no processo de planejamento e na elaboração das respostas ao questionário.

§ 5º O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação escolherá de modo aleatório os participantes do Grupo Focal, para cada categoria, com o número mínimo de sete (7) e máximo de quatorze (14) participantes.

§ 6º As respostas ao questionário e os relatórios dos Grupos Focais serão divulgados, debatidos e aprovados pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 7º O Campus do Interior que achar necessário solicitará a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar no processo de auto-avaliação.

CAPÍTULO VI

Da Auto-avaliação dos Núcleos de Gestão

Art. 10. Os Núcleos de Gestão, por meio de seus dirigentes e dos conselhos internos, deliberativos ou consultivos responderão, no que couber, o mesmo questionário das Unidades Acadêmicas.

§ 1º O Diretor e o Conselho interno constituirão o Comitê Coordenador da Auto-Avaliação no Núcleo de Gestão

§ 2º O questionário a ser respondido pelo Núcleo de Gestão conterà espaço para o acréscimo de outras questões que o Núcleo julgar pertinente.

§ 3º O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação do Núcleo de Gestão definirá a metodologia a ser implementada para responder o questionário e para escolher quais pessoas participarão do Grupo Focal.

Art. 11. Os Núcleos de Gestão realizarão um Grupo Focal em que se avaliarão, a partir de um roteiro pré-estabelecido, as atividades desenvolvidas pelos Núcleos.

§ 1º O Grupo Focal terá como mediador um docente ou técnico-administrativo, obrigatoriamente não dirigente, que elaborará um relatório, a partir das discussões gravadas, para o dirigente do Núcleo, que o considerará no processo de planejamento e na elaboração das respostas ao questionário.

§ 2º O Comitê Coordenador da Auto-Avaliação escolherá de modo aleatório os participantes do Grupo Focal, com o número mínimo de sete (7) e máximo de quatorze (14) participantes.

§ 3º As respostas ao questionário e o relatório do Grupo Focal serão divulgados, debatidos e aprovados no Conselho Interno do Núcleo.

§ 4º O Núcleo que achar necessário solicitará a presença de membros da Equipe Executora do PGE/UFG para assessorar no processo de auto-avaliação.

CAPÍTULO VII

Da Avaliação Feita Pelos Estudantes

Art. 12. Os estudantes de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* responderão a questionários próprios, contendo questões relacionadas a aspectos didático-pedagógicos e de gestão das Unidades Acadêmicas e da Universidade.

§ 1º Objetiva-se atingir os estudantes, em sala de aula, além de mobilizar outros estudantes para acessarem a página da UFG na Internet e efetivarem a resposta eletronicamente, procurando assegurar no mínimo 30% (trinta por cento) de respondentes.

§ 2º Os questionários respondidos pelos estudantes serão encaminhados às Diretorias das Unidades/Campus do Interior, que os considerarão no processo de planejamento e avaliação da Unidade/Campus do Interior.

CAPÍTULO VIII

Da Avaliação Externa da Auto-Avaliação

Art. 13. Após o primeiro ciclo de auto-avaliação cada Unidade/Campus do Interior/Núcleo constituirá um Comitê avaliador externo que, após análise do relatório de auto-avaliação, se reunirá com os dirigentes de cada local, emitindo no final um relatório contendo impressões e sugestões sobre a Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

§ 1º Os membros do Comitê avaliador externo serão escolhidos dentre ex-alunos, usuários internos ou externos dos serviços da Unidade/Campus do Interior/Núcleo, representantes de entidades de classe, dirigentes de instituições escolares, representantes de órgãos públicos, dentre outros que cada Unidade/Campus do Interior/Núcleo estabelecer.

§ 2º O relatório do Comitê avaliador externo será utilizado para subsidiar o processo de planejamento e auto-avaliação da Unidade/Campus do Interior/Núcleo.

CAPÍTULO IX

Do Sistema PGE

Art. 14. A PRODIRH implantará o Sistema PGE, um sistema computacional que estará disponível na UFGNet, e permitirá o registro do planejamento estratégico, das

respostas aos questionários e dos relatórios dos Grupos Focais das Unidades/Campi do Interior/Núcleos.

§ 1º O Sistema PGE permitirá que continuamente as Unidades/Campi do Interior/Núcleos façam acréscimos e atualizações em seus planejamentos e auto-avaliações, além de propiciar aos dirigentes da UFG total liberdade de acesso a cada um dos tópicos pertencentes à estrutura lógica do sistema computacional.

§ 2º O Sistema PGE ficará fechado por um período de tempo máximo de um mês durante o ano, a ser fixado pela PRODIRH, para que sejam apuradas as informações contidas nos planejamentos e nas avaliações de cada Unidade/Campus do Interior/Núcleo, que servirão de base para o planejamento e a auto-avaliação da UFG.

§ 3º O Sistema PGE permitirá que a qualquer momento os dirigentes da Universidade possam apurar dados e informações para a efetivação de alguma ação de gestão acadêmico-administrativa no âmbito da UFG.

CAPÍTULO X

Da Periodicidade do Processo de Planejamento e de Auto-avaliação

Art. 15. A periodicidade do processo de planejamento será anual e um ciclo completo do processo de auto-avaliação ocorrerá com a periodicidade de dois anos.

§ 1º Uma periodicidade do processo de planejamento significa uma análise do estágio atual do planejamento da Unidade/Campus do Interior/Núcleo constante do Sistema PGE e sua atualização, cancelando, alterando e acrescentando novas situações em cada um de seus itens.

§ 2º O ciclo completo do processo de auto-avaliação ocorre com a publicação de um relatório para cada Unidade/Campus do Interior/Núcleo, além do Relatório de Auto-Avaliação da UFG.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Finais

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela CPA e Comissão Executora do PGE/UFG.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Goiânia, 28 de julho de 2006.

Prof. Edward Madureira Brasil
Presidente

Anexo 1 – Relação das Unidades/Órgãos que realizaram auto-avaliação

1ª Série 1998/2001

Comissão de Avaliação Institucional – CAVI

Departamento de Desenvolvimento e Recursos Humanos – DDRH

Escola de Agronomia – EA

Escola de Engenharia Elétrica e Computação – EEEEC

Faculdade de Farmácia – FF

Faculdade de Nutrição – FANUT

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos – PRODIRH

Sistema de Bibliotecas

2ª Série 2002/2003

Centro Editorial e Gráfico da UFG – CEGRAF

Divisão de Comunicações/PROAD – DC

Instituto de Ciências Biológicas – ICB

Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – IPTSP

3ª Série 2004/2005

Escola de Engenharia Civil – EEC

Escola de Música e Artes Cênicas – EMAC

Escola de Veterinária – EV

Faculdade de Artes Visuais – FAV

Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – FCHF

Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB

Faculdade de Direito – FD

Faculdade de Educação – FE

Faculdade de Educação Física – FEF

Faculdade de Enfermagem – FEN

Faculdade de Farmácia – FF

Faculdade de Letras – FL

Faculdade de Odontologia – FO

Instituto de Estudos Sócio-ambientais – IESA

Instituto de Física – IF

Instituto de Informática – INF

Instituto de Matemática e Estatística – IME

Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – IPTSP

Instituto de Química – IQ

4º Série 2006-2007

Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos - EAEA

Escola de Engenharia Elétrica e Computação – EEEEC

Escola de Engenharia Civil – EEC

Escola de Música e Artes Cênicas – EMAC

Escola de Veterinária – EV

Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – FCHF

Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB

Faculdade de Educação – FE

Faculdade de Educação Física – FEF

Faculdade de Enfermagem – FEN

Faculdade de Farmácia – FF

Faculdade de Letras – FL

Faculdade de Medicina – FM

Faculdade de Nutrição – FANUT

Faculdade de Odontologia – FO

Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - IPTESP

Instituto de Física – IF

Instituto de Informática - INF

Instituto de Matemática e Estatística – IME

Instituto de Química – IQ

Centro de Gestão do Espaço Físico – CEGEF

Departamento de Assuntos Acadêmicos – DAA

Departamento Pessoal – DP

Hospital das Clínicas – HC

Museu Antropológico – MA

Pró-reitoria de Administração e Finanças – PROAD

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos – PRODIRH

Rádio Universitária – RÁDIO

Anexo 2

Relação das Unidades que elaboraram o planejamento segundo o modelo proposto pelo PGE (A) e fora do modelo (B) no período 2003-2005 e 2006-2007

Unidades acadêmicas	Sigla	2003	2004	2005	2006
01 Campus de Catalão	CAC	-	-	-	-
02 Campus de Goiás	CAG	-	-	-	-
03 Campus de Jataí	CAJ	-	-	-	S
04 Campus de Rialma	CAR	-	-	-	-
05 Centro de Ens. Pesq. Aplicada. à Educação	CEPAE	B	-	-	S
06 Centro de Línguas	CL	-	-	-	-
07 Escola de Agronomia e Eng. de Alimentos	EAEA	-	-	-	S
08 Escola de Eng. Elétrica e Computação	EEEC	A	A	A	S
09 Escola de Engenharia Civil	EEC	-	-	-	S
10 Escola de Musica e Artes Cênicas	EMAC	-	A	A	S
11 Escola de Veterinária	EV	A	-	-	S
12 Faculdade de Ciências Hum. e Filosofia	FCHF	-	A	-	S
13 Faculdade de Comum. e Biblioteconomia	FACOMB	B	-	-	S
14 Faculdade de Artes Visuais	FAV	B	-	-	S
15 Faculdade de Direito	FD	A	A	A	S
16 Faculdade de Educação	FE	B	-	-	S
17 Faculdade de Educação Física	FEF	-	-	-	S
18 Faculdade de Enfermagem	FEN	-	-	-	S
19 Faculdade de Farmácia	FF	A	-	A	S
20 Faculdade de Letras	FL	B	-	-	S
21 Faculdade de Medicina	FM	B	-	-	S
22 Faculdade de Nutrição	FANUT	B	B	A	S
23 Faculdade de Odontologia	FO	B	A	-	S
24 Inst. de Patologia Trop. e Saúde Pública.	IPTESP	B	A	A	S
25 Instituto de Ciências Biológicas	ICB	B	-	-	S
26 Instituto de Estudos Socioambientais	IESA	-	-	-	S
27 Instituto de Física	IF	-	B	A	S
28 Instituto de Informática	INF	-	A	-	S
29 Instituto de Matemática e Estatística	IME	-	-	A	S
30 Instituto de Química	IQ	B	-	A	S

Anexo 3 Relação dos Núcleos de Gestão que elaboraram o planejamento segundo o modelo proposto pelo PGE (A) e fora do modelo (B) no período 2003-2005 e 2006-2007

Núcleo de Gestão	Sigla	2003	2004	2005	2006
01 Assessoria de Comunicação Social	ASCOM	-	-	-	A
02 Assessoria de Relações Públicas	ARP	-	A	-	
03 Biblioteca Central	BC	-	-	-	A
04 Campus de Firminópolis	CAF	-	-	-	-
05 Centro de Aprendizagem em Rede	CIAR	-	-	-	-
06 Centro de Gestão do Espaço Físico	CEGEF	-	-	-	A
07 Centro de Manutenção de Equipamento	CEMEQ	-	-	-	A
08 Centro de Recursos Computacionais	CERCOMP	-	-	-	A
09 Centro de Referência em Oftalmologia	CEROF	-	-	-	-
10 Centro Editorial e Gráfico	CEGRAF	-	-	-	A
11 Comissão Permanente de Pessoal Docente	CPPD	-	-	-	-
12 Coordenação de Assuntos Internacionais	CAI	-	A	-	A
13 Creche	CRECHE	A	-	-	A
14 Departamento de Desenvolvimento de RH	DDRH	A	A	A	
15 Departamento de Assuntos Acadêmicos	DAA	-	-	-	A
16 Departamento de Contabilidade e Finanças	DCF	-	-	-	A
17 Departamento Pessoal	DP	-	-	-	A
18 Divisão de Comunicação	DC	-	A	-	-
19 Divisão de Material e Patrimônio	DMP	A	A	A	A
20 Divisão de Transporte	DT	-	-	-	-
21 Hospital das Clínicas	HC	-	-	-	A
22 Hospital Veterinário	HV-EV	-	-	-	-
23 Museu Antropológico	MA	-	-	A	A
24 Núcleo Est. Apoio à Saúde Adolescente	NECASA	-	-	-	A
25 Planetário	PLANETÁRIO	-	-	-	A
26 Pró-Reitoria de Ass. da Comum. Universitária	PROCOM	A	A	-	A
27 Pró-Reitoria de Adm. e Finanças	PROAD	-	-	-	A
28 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	PROEC	-	-	-	A
29 Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD	-	-	-	A
30 Pró-Reitoria de Pesq. e Pós-Graduação	PRPPG	-	-	-	A
31 Pró-Reitoria Desenvolv. Institucional. e RH	PRODIRH	-	-	-	A
32 Procuradoria Jurídica	PROJUR	-	A	-	-
33 Rádio	RÁDIO	-	-	-	A
34 Reitoria	REITORIA	-	-	-	A
35 Secretaria de Órgãos Colegiados	SOC	-	-	-	-

Bibliografia consultada

SINAES. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4ª ed. ampliada. Brasília-DF: INEP/MEC, 2007. 224 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Avaliação Institucional: uma mudança em curso. Relatório 1998-2001*. Comissão de Avaliação Institucional-CAVI/PRODIRH. Goiânia: CEGRAF, 2002. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

_____. _____. *Relatório 2002-2003*. Comissão de Avaliação Institucional-CAVI./PRODIRH. Goiânia, CEGRAF, 2004. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

_____. _____. *Relatório de Auto-avaliação 2004-2005*. Comissão de Avaliação Institucional-CAVI. Goiânia: CEGRAF, 2006. Disponível na Unidade Acadêmica do respectivo curso.

_____. *Documentos Básicos* (Resolução CONSUNI nº10/2006; documento norteador), Goiânia, PRODIRH/UFG, Caderno do PGE, nº 1, 2006a, 37 p.

_____. *Comissão Própria de Avaliação-CPA*. Relatório de Auto-Avaliação Institucional, 2001-2005. Goiânia: CEGRAF, 2006c, 206 p. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

_____. *Caderno do PGE nº 2*. Os alunos de graduação da UFG: Resultados do ENADE 2004. 2007. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

_____. *Caderno do PGE nº 3*. Os alunos de graduação da UFG: resultados do ENADE 2005. 2007. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

_____. *Caderno do PGE nº 4*. Os alunos de graduação da UFG: auto-avaliação do ambiente acadêmico. 2007. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

_____. *Caderno do PGE nº 5*. As unidades acadêmicas da UFG; Relatório de gestão do Instituto de Química 2002-2006. 2007. Disponível em: <www.prodirh.ufg.br/cavi>.

